

BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Nº 4 | Abril 2008



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia e da Inovação

GPEARI

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Abril de 2008

Elaborado com informação disponível até ao dia 21 de Abril.

Editores

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia e Inovação

Avenida da República, 79

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Av^a Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º.

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062

Índice

Conjuntura	1
Sumário	3
1. Enquadramento Internacional	5
2. Conjuntura Nacional	8
3. Comércio Internacional	17
Destaques	23
Procedimento dos Défices Excessivos – 1ª Notificação de 2008	25
Previsões Macroeconómicas do FMI – Primavera de 2008	29
Nova versão dos dados do Comércio Internacional para 2007	31
Artigos	33
Em Análise:	35
Utilização de Informação sobre Performance no Sector Público - tendências recentes	35
Economia dos EUA e Comparação com os períodos de 1990-1991 e 2000-2001	41
Iniciativas e Medidas Legislativas	47
Abreviaturas Utilizadas	57

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * O FMI reviu em baixa as suas previsões para o crescimento da economia mundial em 2008 e 2009, com mais intensidade para a economia norte-americana, cujo PIB está previsto crescer 0,5% em 2008 (2,2% em 2007), menos 1,4 p.p do que anteriormente previsto. No que diz respeito à economia da União Europeia, as previsões para o crescimento do PIB sofreram uma revisão em baixa de 0,7p.p para 1,8% (3,1% em 2007).
- * Nos EUA, os sinais de abrandamento continuam evidentes, principalmente no investimento residencial e no consumo privado.
- * Na área do euro, registou-se uma diminuição do indicador de sentimento económico no 1º trimestre, sendo que os indicadores quantitativos disponíveis em Fevereiro evidenciaram alguma deterioração. A taxa de inflação homóloga aumentou para 3,6% em Março (3,3% no mês anterior).
- * O diferencial das taxas de juro de curto prazo (3 meses) dos EUA e da área do euro continuou a aumentar em Março e a taxa de câmbio do euro face ao dólar manteve uma tendência ascendente, atingindo uma cotação 1,59 em meados de Abril (1,52 no final de Fevereiro).
- * Em Abril, o preço do petróleo *Brent* continuou em alta, situando-se, em média, em 107 USD/bbl, até ao dia 18, 58,5% acima do observado no período homólogo de 2007.

Conjuntura Nacional

- * Mantendo a tendência iniciada em meados de 2007, o indicador de sentimento económico registou uma diminuição no 1º trimestre. A informação disponível até Fevereiro sugere uma deterioração da actividade no sector da construção e uma melhoria no sector dos serviços.
- * Os indicadores de confiança relativos ao consumo privado deterioraram-se no 1º trimestre, mas os indicadores de vendas automóveis e de volume de negócios no comércio a retalho apresentaram um comportamento positivo face ao 4º trimestre de 2007.
- * Em relação à evolução do investimento no 1º trimestre, observam-se sinais mistos: as vendas de cimento e de veículos comerciais diminuíram, mas o crescimento do índice de volume de negócios nas indústrias de bens de investimento continua robusto.
- * Em Março, a taxa de inflação homóloga aumentou para 3,1%, a segunda taxa mais baixa da área do euro.
- * De acordo com os resultados da primeira notificação de 2008 no âmbito do Procedimento dos Défices Excessivos, o défice orçamental situou-se em 2,6 % do PIB, em 2007, ficando abaixo do valor de referência dos 3% do PIB um ano antes do previsto. O saldo primário apresentou um excedente de 0,2 % do PIB e o rácio da dívida pública em relação ao PIB reduziu-se de 64,7%, no final de 2006, para 63,6% no final de 2007.
- * No primeiro trimestre de 2008, o défice do subsector Estado, apurado na óptica da Contabilidade Pública, foi de 865,7 milhões de euros (inferior em 397,7 milhões de euros ao valor do período homólogo de 2007). O excedente orçamental da Segurança Social foi de 919,6 milhões de euros (447,3 milhões de euros acima do valor do mesmo período de 2007).

Comércio Internacional

- * Nos últimos doze meses a terminar em Janeiro de 2008, as “exportações” e as “importações” de mercadorias cresceram, em termos homólogos, respectivamente 8,0% e 7,5%.
- * No mesmo período, as “exportações” de Bens e Serviços aumentaram 9,6% em termos homólogos. Desse crescimento, 45,1% é explicado pelas “exportações” de Serviços.
- * As rubricas das “exportações” de Bens e Serviços que maiores crescimentos homólogos revelaram foram as da área dos Serviços, designadamente as da “Construção” (+45,7%), da “Comunicação” (+38,8%), da “Informação e Informática” (+31,2%), e dos “Financeiros” (+23,0%).
- * No mesmo período, as rubricas que proporcionalmente mais contribuíram para o crescimento das “exportações” de Bens e Serviços, foram os serviços “Viagens e Turismo” (14,7%), o grupo de produtos “Agro-alimentares” (11,1%), e os serviços “Outros Fornecimentos por Empresas” (10,4%). Com contributos na ordem dos 8 a 9% seguiram-se os grupos de produtos “Químicos” e “Minérios e Metais”, os serviços de “Transportes” e os grupos de produtos “Máquinas” e “Produtos Acabados Diversos”.

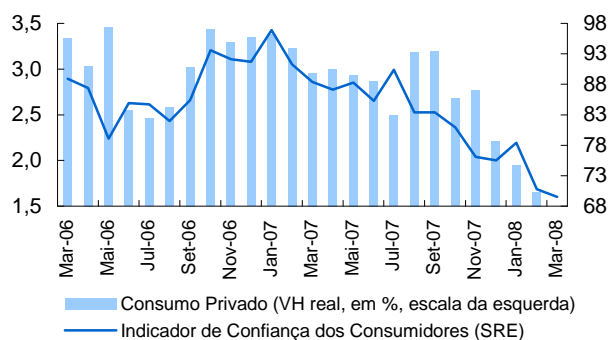
1. Enquadramento Internacional

Actividade económica extra-UE

No 1º trimestre de 2008, os indicadores disponíveis para os **EUA** indicam o prosseguimento do enfraquecimento da actividade económica, proveniente da continuação do abrandamento da procura interna, e a deterioração do mercado de trabalho. De facto, em termos homólogos:

- o consumo privado aumentou 1,8% em termos reais no conjunto dos meses de Janeiro e Fevereiro (2,6% no 4º trimestre de 2007) e as vendas a retalho abrandaram no 1º trimestre;

Figura 1.1. Consumo Privado e Confiança dos Consumidores dos EUA

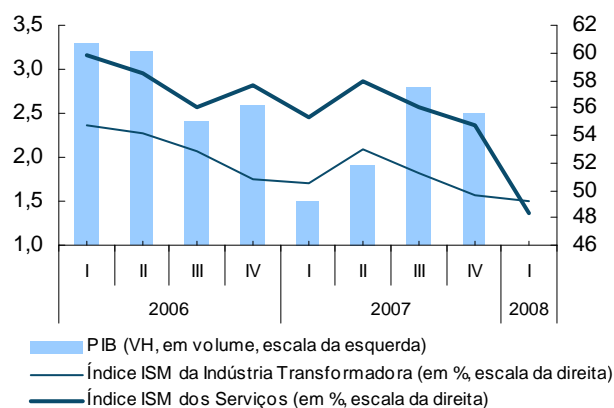


Fontes: Bureau of Economic Analysis; University of Michigan.

- o investimento total em construção continuou a cair no conjunto dos 2 primeiros meses do ano, para o qual contribuiu a quebra de 18,5% no segmento residencial (-18,3% no 4º trimestre de 2007) e o abrandamento do crescimento do segmento não residencial para 11,5% (16,4% no 4º trimestre de 2007);
- os indicadores de confiança dos empresários registaram uma diminuição no 1º trimestre, com destaque para uma evolução mais desfavorável no sector dos serviços;
- o emprego registou uma quebra de 77 mil, em média mensal, no 1º trimestre (+80 mil, no período precedente), representando a maior diminuição desde o 2º trimestre de 2003, devido sobretudo ao agravamento no sector da construção.

As exportações aceleraram para 18,8% em termos nominais no conjunto dos meses de Janeiro e Fevereiro (14,5% no 4º trimestre de 2007).

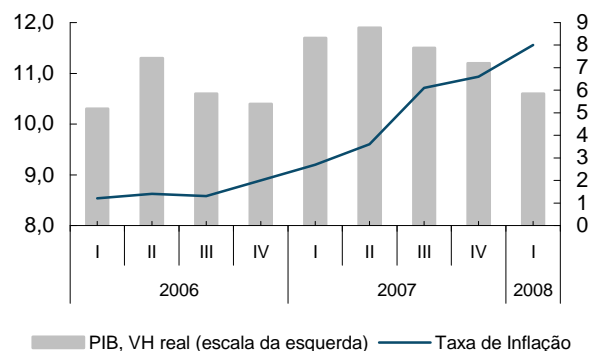
Figura 1.2. PIB e Índices de Confiança na Indústria e nos Serviços dos EUA



Fontes: Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply Management.

A actividade económica da **China** apresentou uma ligeira desaceleração no 1º trimestre, tendo o PIB aumentado 10,6% em termos homólogos reais (11,2% no 4º trimestre de 2007) em resultado do menor crescimento das exportações. A taxa de inflação homóloga aumentou para 8% (6,6% no 4º trimestre de 2007).

Figura 1.3. PIB e Taxa de Inflação da China



Fonte: Instituto de Estatística da China (NBSC).

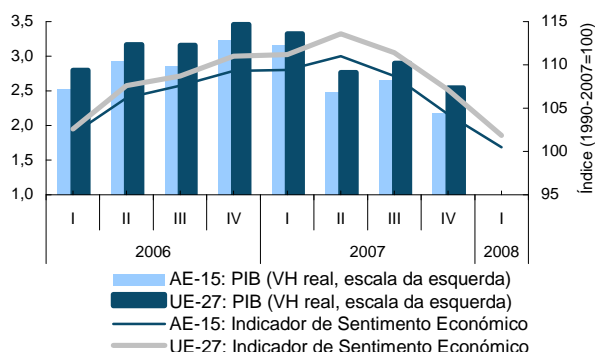
Quadro 1.1. Indicadores de Actividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007				2008	2008			
				1T	2T	3T	4T	1T	Dez	Jan	Fev	Mar
EUA – PIB real	VH	BEA	2,2	1,5	1,9	2,8	2,5	:	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	1,9	2,5	1,8	1,6	1,8	:	1,8	2,3	1,1	:
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	51,1	50,5	53,0	51,3	49,6	49,2	48,4	50,7	48,3	48,6
Índice ISM dos Serviços	%	"	56,0	55,3	58,0	56,0	54,8	48,3	54,4	41,9	50,8	52,2
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	85,6	92,2	86,9	85,7	77,5	72,9	75,5	78,4	70,8	69,5
Taxa de Desemprego	%	BLS	4,6	4,5	4,5	4,7	4,8	4,9	5,0	4,9	4,8	5,1
China – PIB real	VH	NBSC	11,9	11,7	11,9	11,5	11,2	10,6	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	25,7	30,5	27,6	26,5	22,2	21,2	21,7	26,6	6,5	30,5
Japão – PIB real	VH	COGJ	2,1	2,5	2,9	1,7	1,9	1,7	-	-	-	-

Actividade económica da UE

No 1º trimestre, o indicador de sentimento económico da União Europeia prosseguiu a sua trajectória descendente, tendo abrangido a generalidade das principais economias, com destaque para o Reino Unido, Espanha e Itália. Todos os indicadores de confiança diminuíram tanto na UE como na área do euro, com especial relevo para a quebra de confiança dos empresários dos sectores dos serviços e da construção e para a diminuição da confiança dos consumidores.

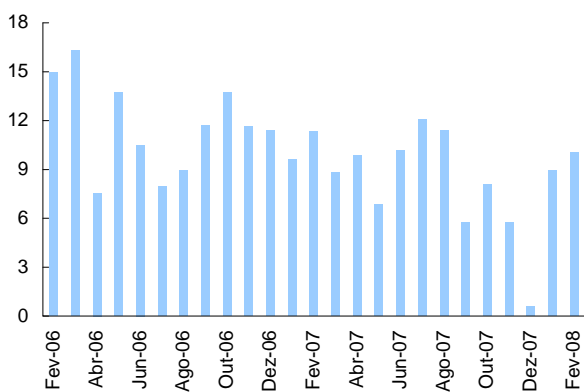
Figura 1.4. PIB e Sentimento Económico da UE e Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Os indicadores quantitativos disponíveis para a área do euro revelam uma aceleração da produção industrial e das exportações, enquanto as vendas a retalho abrandaram.

Figura 1.5. Exportações da Área do Euro
(VH nominal)



Fonte: Eurostat.

De facto, no conjunto dos meses de Janeiro e Fevereiro e, em termos homólogos:

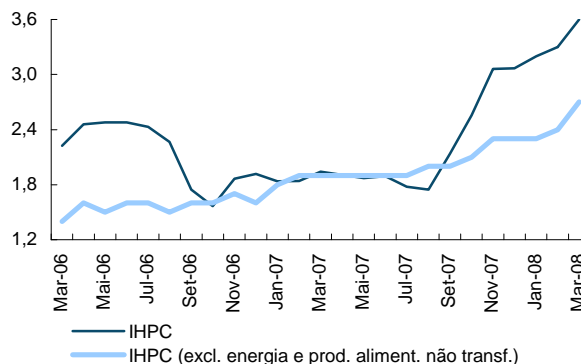
- as vendas a retalho continuaram a evoluir desfavoravelmente, tendo diminuído 0,3% em termos reais (-0,2% no 4º trimestre de 2007), influenciadas pelo agravamento registado tanto na Alemanha como em Espanha;
- o total da produção industrial acelerou ligeiramente tendo a de bens de investimento crescido 7% (5% no 4º trimestre de 2007);
- as exportações aumentaram 9,5% em termos nominais (4,8% no 4º trimestre de 2007).

A taxa de desemprego na área do euro manteve-se em 7,1% em Fevereiro, tendo a generalidade dos países diminuído, com excepção da Espanha que subiu para 9% (8,8% em Janeiro), da Irlanda e do Luxemburgo.

A taxa de inflação da área do euro voltou a subir em Março para 3,6% em termos homólogos (3,3% em Fevereiro), devido à continuação da subida dos preços dos produtos alimentares, para 5,6% (5,2% em Fevereiro) e da aceleração dos preços de energia, para 11,2% (10,4% em Fevereiro).

A taxa de inflação, excluindo os preços dos produtos energéticos e alimentares não transformados continuou a subir para 2,7% em termos homólogos (2,4% em Fevereiro).

Figura 1.6. Índice Harmonizado de Preços no Consumidor da Área do Euro
(VH, em %)



Fonte: Eurostat.

Quadro 1.2. Indicadores de Actividade Económica da UE

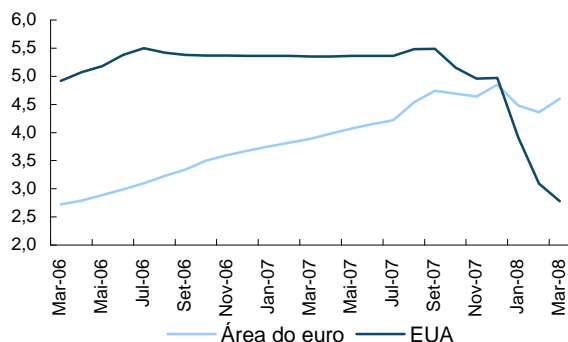
Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007				2008	2008			
				1T	2T	3T	4T	1T	Dez	Jan	Fev	Mar
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	2,9	3,3	2,8	2,9	2,5	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	110,8	111,2	113,6	111,4	107,1	101,9	105,8	103,3	100,3	102,0
Área do Euro (AE-13) – PIB real	VH	Eurostat	2,6	3,2	2,5	2,7	2,2	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	108,4	109,4	111,0	108,7	104,3	100,5	103,4	101,7	100,2	99,6
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	3,4	3,9	3,0	3,8	3,1	:	1,8	3,4	3,1	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	0,9	1,7	1,0	1,1	-0,2	:	-1,1	0,4	-0,9	:
Taxa de Desemprego	%	"	7,4	7,6	7,5	7,4	7,2	:	7,2	7,1	7,1	:
IHPC	VH	"	2,1	1,9	1,9	1,9	2,9	3,3	3,1	3,2	3,3	3,6

Mercados Financeiros e Matérias Primas

Nos EUA, as taxas de juro de curto prazo continuaram a diminuir em Março.

Na área do euro, as taxas de curto prazo subiram, prosseguindo esta tendência no decurso do mês de Abril, situando-se a Euribor a 3 meses em 4,78%, no dia 17 (4,73% no final de Março).

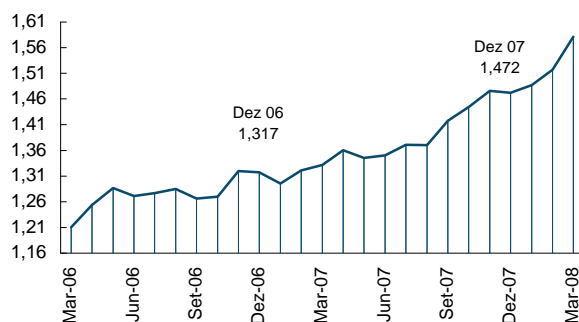
Figura 1.7. Taxa de Juro a 3 meses do mercado monetário (média do período, em %)



Fonte: BCE.

As taxas de juro de longo prazo diminuíram, tanto nos EUA como na área do euro, tendo sido particularmente acentuada nos EUA, que em Março situava-se abaixo em 59 pb face ao final de 2007.

Figura 1.8. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)



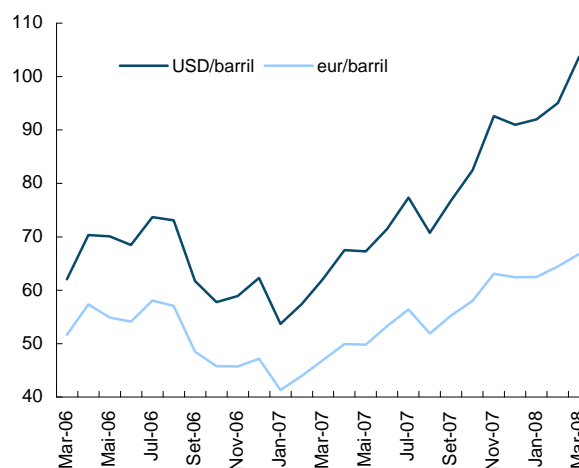
Fonte: Banco de Portugal.

Em Março, o euro continuou a apreciar-se face às principais divisas, tendência que se prolongou até meados de Abril. Face ao dólar, o euro situou-se em 1,58 no dia 18, após ter atingido um máximo histórico no dia 16.

Em Abril, o preço do petróleo *Brent* continuou a evoluir no sentido ascendente, situando-se, em média, até ao dia 18, em 107 USD/bbl. Esta tendência tem sido associada à elevada procura das economias emergentes, à forte depreciação do dólar norte-americano e à ocorrência de algumas perturbações na Nigéria e no México.

No 1º trimestre, o preço relativo do petróleo importado subiu para 64,7% do valor máximo atingido durante a crise petrolífera de 1979.

Figura 1.9. Preço médio Spot do Petróleo Brent



Fontes: DGEG e BP.

O preço das matérias-primas não energéticas continuou a acelerar, tendo aumentado 19% em termos homólogos no 1º trimestre (9,4% no 4º trimestre de 2007), com destaque para o crescimento acentuado dos produtos alimentares em 39% (24% no 4º trimestre de 2007).

Quadro 1.3. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007				2008	2008			
				1T	2T	3T	4T	1T	Dez	Jan	Fev	Mar
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	4,69	3,92	4,18	4,79	4,69	4,73	4,69	4,37	4,38	4,73
Yield OT 10 anos – EUA**	%	BCE	4,63	4,68	4,85	4,73	4,26	3,66	4,10	3,74	3,74	3,51
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	4,32	4,08	4,41	4,46	4,34	4,15	4,36	4,23	4,14	4,07
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,472	1,332	1,351	1,418	1,472	1,581	1,472	1,487	1,517	1,581
Dow Jones*	VH	Yahoo	6,4	11,2	20,3	19,0	6,4	-0,7	6,4	0,2	0,0	-0,7
DJ Euro Stoxx50*	VH	"	6,8	8,5	23,0	12,4	6,8	-13,2	6,8	-9,2	-8,9	-13,2
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	72,55	57,75	68,77	74,97	88,70	96,91	91,00	91,98	95,05	103,69
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	11,4	-6,5	-1,2	7,9	48,6	67,8	46,0	71,3	65,5	66,8
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	2,0	-14,2	-8,0	0,0	32,3	46,6	32,4	51,3	46,7	42,3
Preço Relativo do Petróleo em USD***	1979=100	GEE	52,7	44,3	51,4	54,4	60,0	64,7	64,0	63,7	64,0	66,3

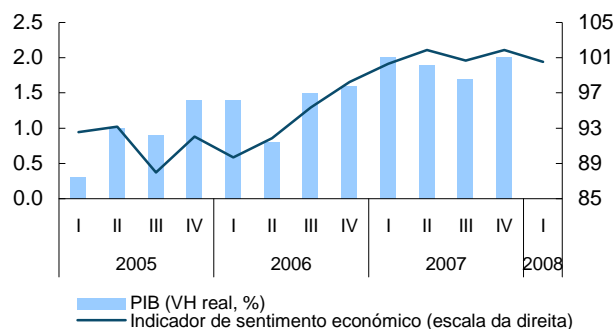
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido).

2. Conjuntura Nacional

Actividade económica e Oferta

Em Março, o indicador de sentimento económico registou uma melhoria face ao mês anterior. Contudo, no conjunto do 1º trimestre do ano, esse indicador registou uma ligeira deterioração relativamente ao trimestre precedente, voltando aos níveis observados no 3º trimestre de 2007.

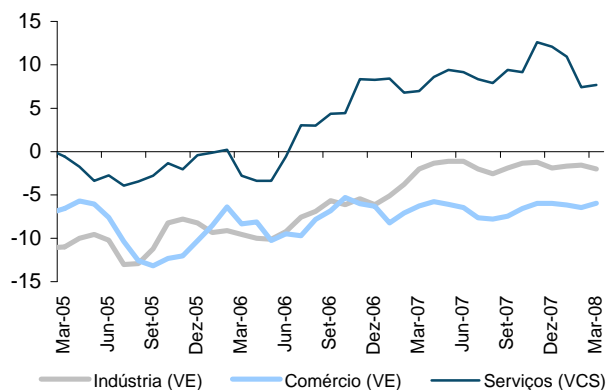
Figura 2.1. PIB e Sentimento Económico



Fontes: INE e CE.

No 1º trimestre, a confiança dos empresários melhorou na construção, estabilizou na indústria e comércio e piorou nos serviços.

Figura 2.2. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



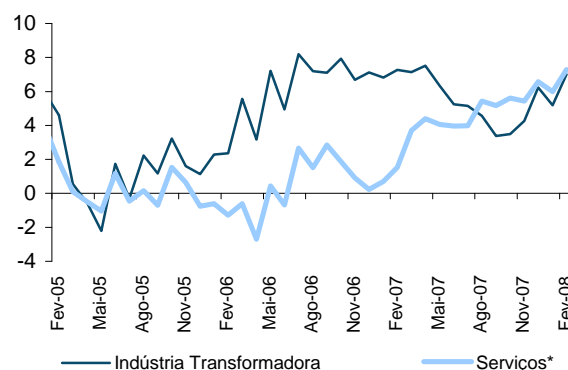
Fonte: INE.

Quadro 2.1. Indicadores de Actividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007				2008	2008			
				1T	2T	3T	4T	1T	Dez	Jan	Fev	Mar
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	1,9	2,0	1,9	1,7	2,0	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	101,2	100,3	101,9	100,7	101,9	100,5	101,1	101,8	99,4	100,4
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VE	INE	-2	-2	-1	-2	-2	-2	-2	-2	-1	-3
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-7	-6	-6	-7	-6	-6	-6	-7	-6	-5
Indicador de Confiança dos Serviços	SRE-VCS	"	9	7	9	9	12	7	10	6	6	10
Indicador de Confiança da Construção	SRE-VE	"	-41	-44	-41	-39	-43	-38	-43	-40	-39	-36
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	3,4	4,7	3,6	2,2	3,3	:	2,9	0,8	2,7	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	5,5	7,1	5,2	3,4	6,3	:	4,3	6,1	10,7	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	4,8	3,7	4,0	5,2	6,3	:	6,2	6,1	9,8	:

Os dados quantitativos referentes aos meses de Janeiro e Fevereiro apontam para uma melhoria da actividade no comércio a retalho e nos outros serviços, enquanto a produção na construção se deteriorou.

Figura 2.3. Volume de Negócios (MM3 VH, %)



Fonte: INE.

* excepto Comércio a Retalho.

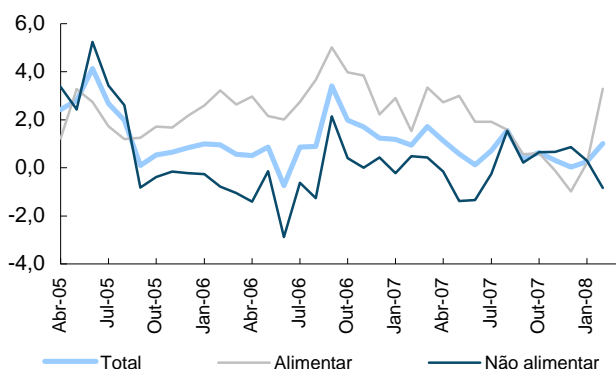
Assim, neste período, e em termos médios homólogos:

- nos serviços registou-se uma aceleração do volume de negócios tanto do comércio a retalho como dos outros serviços;
- o comportamento mais desfavorável na construção foi resultado de um comportamento diferenciado das suas componentes: tendo-se registado uma quebra na produção de construção de edifícios não compensada pela melhoria verificada nas obras de engenharia;
- na indústria transformadora os indicadores apresentaram um comportamento misto. Enquanto a produção industrial desacelerou, o volume de negócios registou uma melhoria em resultado de um forte crescimento tanto do mercado interno como do externo.

Consumo Privado

Em Fevereiro, o índice de volume de negócios do comércio a retalho registou uma variação homóloga de 2,9%. À semelhança do que ocorreu em Janeiro, esta evolução continuou a ser determinada pelo bom comportamento observado nos bens alimentares, que registaram um crescimento homólogo de 7,3% (5,3% em Janeiro).

Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)

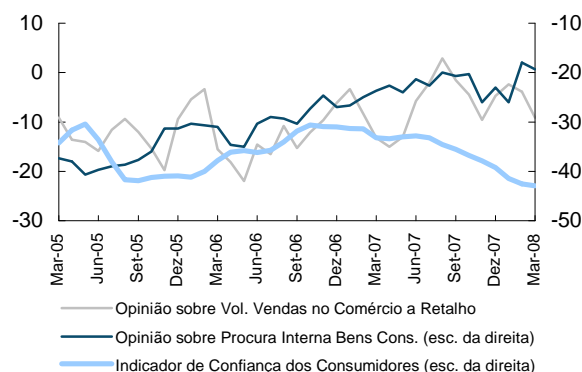


Fonte: INE.

Não obstante uma evolução favorável em Fevereiro, a confiança dos consumidores, de acordo com o Inquérito do INE, piorou no 1º trimestre do ano, comportamento que reflecte uma deterioração das perspectivas relativas à situação económica do país, desemprego e situação financeira dos agregados familiares.

No 1º trimestre de 2008 registou-se uma melhoria na opinião dos empresários a respeito da procura interna por bens de consumo dirigida à indústria transformadora, tendo contudo evoluído desfavoravelmente a avaliação feita à actividade no sector do comércio a retalho.

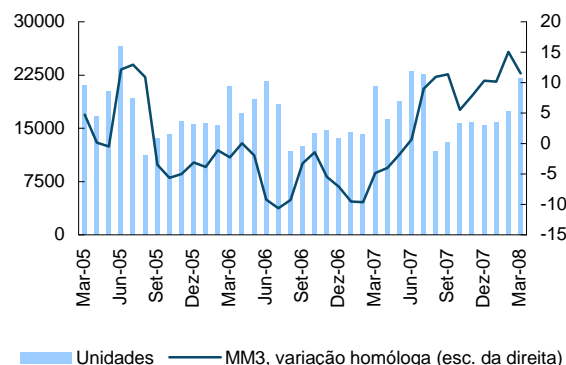
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

As vendas de automóveis ligeiros de passageiros registaram, em Março, uma variação homóloga de 5,2%, exibindo um abrandamento face a Fevereiro (22,9%). No conjunto do 1º trimestre do ano, verificou-se um crescimento homólogo de 11,6%, superior em 1,3p.p. face ao registado no último trimestre de 2007.

Figura 2.6. Venda de automóveis ligeiros de passageiros



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007				2008	2008			
				1T	2T	3T	4T	1T	Dez	Jan	Fev	Mar
Consumo Privado – CN Trimestrais	VH real	INE	1,5	1,2	1,5	1,4	1,8	:	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	INE	-35	-33	-33	-36	-39	-43	-41	-44	-42	-42
Volume de Vendas no Comércio a Retalho	SRE-VE	"	-6	-13	-6	-2	-5	-9	0	4	-16	-16
Índice de Vol. Negóc, no Comércio a Retalho*	VH	"	0,6	1,7	0,1	0,4	0,0	:	-1,8	2,0	2,9	:
Bens alimentares	VH	"	1,2	3,3	1,9	0,6	-1,0	:	-2,8	5,3	7,3	:
Bens não alimentares	VH	"	0,0	0,4	-1,3	0,2	0,9	:	-1,0	-0,8	-0,7	:
Vendas de Automóv. Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	3,7	-4,8	0,7	11,4	10,3	11,6	12,8	9,6	22,9	5,2
Importações de Bens de Consumo***	VH	INE	9,0	11,0	8,3	9,8	7,2	:	5,5	3,8	:	:

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300Kg. *** Exclui material de transporte

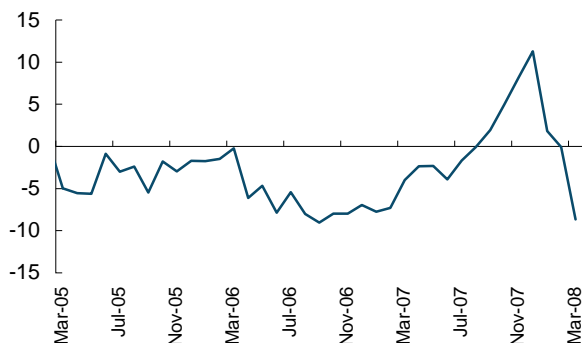
Investimento

Os dados disponíveis para o investimento apresentaram comportamentos distintos.

No 1º trimestre:

- as vendas de cimento apresentaram uma quebra homóloga de 8,7%;

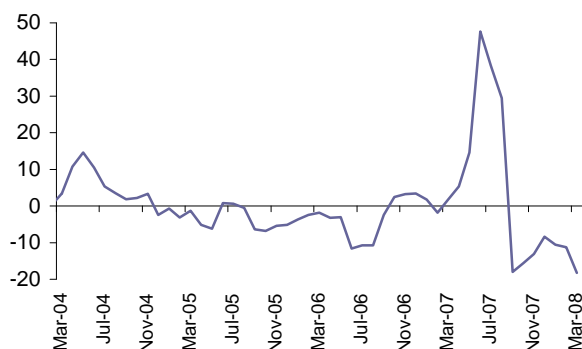
Figura 2.7. Vendas de Cimento
(VH, MM3)



Fontes: SECIL e CIMPOR

- as vendas de veículos comerciais ligeiros registaram uma quebra homóloga mais acentuada (-18,3%);

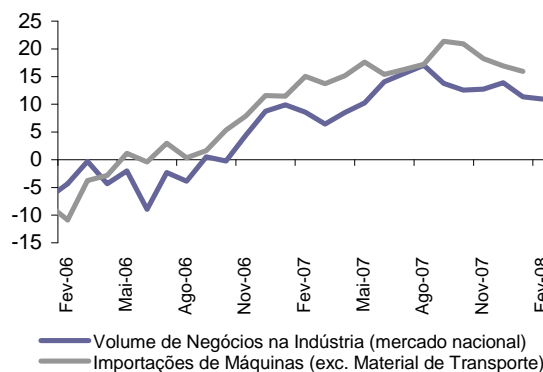
Figura 2.8. Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: ACAP.

- as opiniões dos empresários sobre a evolução das vendas de bens de investimento no comércio por grosso foram menos favoráveis.

Figura 2.9. Bens de Equipamento
(MM3)



Fonte: INE.

Contudo:

- nos meses de Janeiro e Fevereiro, o índice de volume de negócios nas indústrias de bens de investimento para o mercado nacional manteve um crescimento robusto (12,4%, em termos médios homólogos);
- as importações de Bens de Capital, excepto Material de Transporte, mantêm-se fortes, tendo apresentado um crescimento homólogo nominal de 18,4% em Janeiro.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

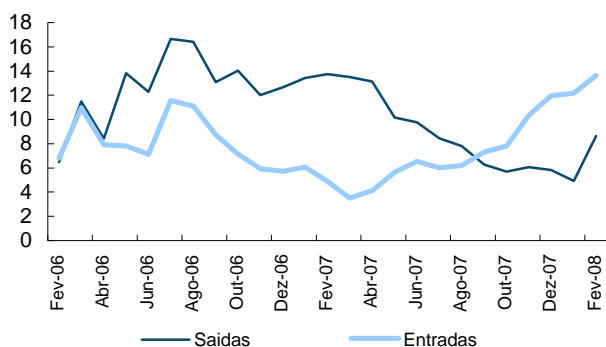
Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007				2008	2008			
				1T	2T	3T	4T	1T	Dez	Jan	Fev	Mar
FBCF – CN Trimestrais	VH Real	INE	3,2	-0,7	0,0	5,0	8,7	:	:	:	:	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	1,0	-4,0	-3,9	1,9	11,3	-8,7	9,3	-10,6	3,7	-16,9
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	6,2	1,3	47,7	-17,9	-8,1	-18,3	-3,8	-20,2	-10,8	-22,3
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	ACAP	6,4	2,7	81,8	-19,6	92,9	19,0	44,9	22,1	18,5	16,1
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	0	-6	-1	1	4	-4	6	4	0	-16
Licenças de Construção de fogos	VH	INE	-7,6	-2,0	-15,2	-4,4	-8,7	:	-13,0	-14,8	:	:
Importações de Bens de Capital**	VH	INE	16,8	13,7	15,4	21,4	16,9	:	11,8	18,4	:	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	INE	12,2	6,4	14,0	13,7	13,9	:	8,8	9,4	15,4	:

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado nacional

Contas Externas

Em Fevereiro, de acordo com informação preliminar enviada pelo INE no âmbito do SDDS, ambos os fluxos comerciais registaram uma aceleração em termos de crescimento homólogo, sendo que as importações evidenciaram um comportamento muito mais dinâmico do que as exportações. Adicionalmente, a aceleração em ambos os fluxos foi bastante mais acentuada nas trocas com os países fora da União Europeia.

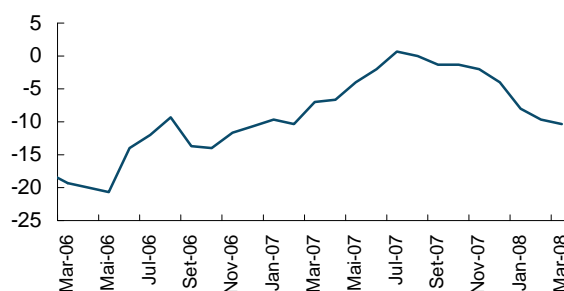
Figura 2.10. Fluxos de Mercadorias
(MM3, VH, %)



Fonte: INE.

As opiniões dos industriais quanto à evolução da procura externa sugerem também alguma recuperação das exportações, tendo no mês de Março registado uma ligeira melhoria face a Fevereiro (-8 e -10, respectivamente).

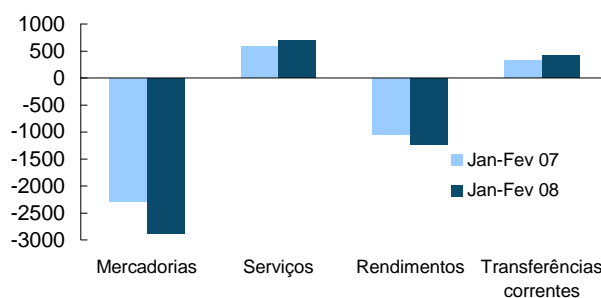
Figura 2.11. Opiniões sobre procura externa – IT
(SRE, MM3)



Fonte: INE.

Em termos de balança de pagamentos, em Janeiro a Fevereiro de 2008 face ao período homólogo do ano anterior, verificou-se um maior défice da balança de mercadorias e de rendimentos, uma aumento do saldo das transferências correntes e do saldo dos serviços.

Figura 2.12. Balança Corrente:
composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

	Unidade	Fonte	2007	2006					2007			
				4T	1T	2T	3T	4T	Out	Nov	Dez	Jan
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	7,1	10,1	10,1	8,2	6,0	4,4	-	-	-	-
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	5,4	4,3	3,7	4,8	6,2	6,8	-	-	-	-
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	7,2	-6,5	-6,6	-6,4	-7,9	-7,9	-	-	-	-
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-8,6	-7,3	-7,4	-7,2	-9,5	-10,2	-	-	-	-
Saídas de mercadorias	VH	"	8,8	12,7	13,5	9,8	6,3	5,8	4,6	2,8	7,2	15,3*
Entradas de mercadorias	VH	"	7,4	5,7	3,5	6,6	7,3	12,0	15,4	10,3	10,6	20,2*

	Unidade	Fonte	2007	2007		2008	
				Fev	Jan-Fev	Fev	Jan-Fev
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BP	-13 869	-1 270	-1 717	-1 128	-2 236
Saldo Balança de Bens	"	"	-17 339	-1 115	-2 282	-1 489	-2 890
Saldo Balança de Serviços	"	"	6 208	289	578	324	701
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-7 376	-579	-1 040	-707	-1 239
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2 636	1	330	356	423

* valores preliminares enviados pelo INE no âmbito do SDDS.

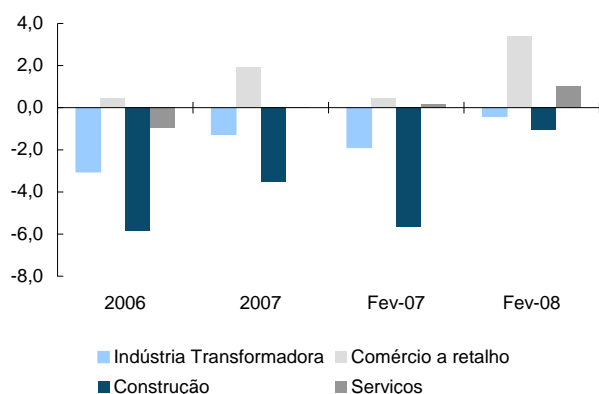
Mercado de Trabalho

De acordo com os dados do INE, em Fevereiro observou-se um comportamento positivo do índice de emprego no comércio a retalho e nos serviços, tendo os sectores da indústria transformadora e construção registado evoluções menos favoráveis.

Com efeito, em Fevereiro o índice de emprego no sector do comércio a retalho registou um crescimento homólogo de 4% (3,6% em Janeiro). No sector dos serviços, e apesar do abrandamento registado face ao mês anterior, a variação homóloga do índice de emprego continuou a apresentar-se positiva (0,7%, face a 1,1% em Janeiro).

Na indústria transformadora, o índice de emprego registou, em Fevereiro, uma variação homóloga de -0,4% (-0,5% no mês anterior), tendo sido igualmente observada uma variação homóloga negativa no sector da construção (-1%, que compara com -0,9% em Janeiro).

Figura 2.13. Índice de Emprego
(VH, %)



Fonte: INE.

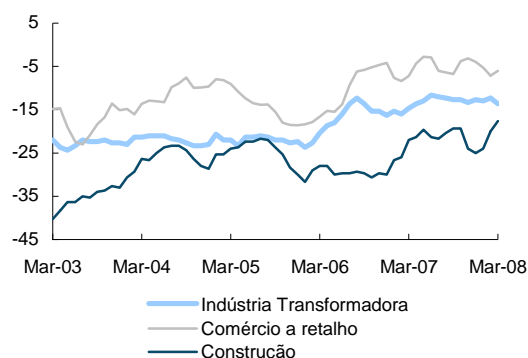
Em Março, as perspectivas dos empresários para o emprego na indústria transformadora e no comércio a retalho melhoraram face ao mês anterior. Evolução semelhante registou-se também nos sectores da construção e dos serviços, dando assim continuidade à tendência observada desde o início do ano.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007				2008	2008			
				1T	2T	3T	4T		1T	Dez	Jan	Fev
Taxa de Desemprego	%	INE	8,0	8,4	7,9	7,9	7,8	:	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	0,2	0,2	-0,5	0,3	0,9	:	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	-13,8	-8,1	-12,2	-11,3	-13,8	:	-13,8	-12,7	-11,6	:
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	-6,8	-6,2	-3,9	-6,6	-9,9	:	-15,1	-3,4	2,7	:
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	-12,7	13,9	2,9	12,5	25,1	:	26,6	8,8	3,4	:
Contratação Colectiva	VHA	MTSS	2,9	2,7	2,9	2,9	2,9	3,1	2,9	3,7	3,1	3,1
Índice do Custo do Trabalho* – Portugal	VH	INE	4,0	3,4	3,7	3,6	5,0	:	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* – AE13	VH	Eurostat	:	2,3	2,5	2,5	2,7	:	-	-	-	-

*Total, excluindo a Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Actividades; f.p. - no fim do período; l.p. - ao longo do período.

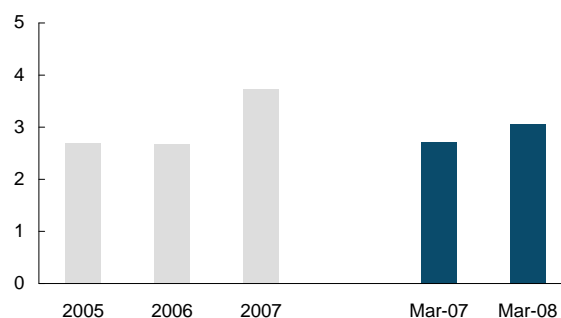
Figura 2.14. Perspectivas sobre o emprego
(SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

As remunerações implícitas nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho registaram, até ao final do primeiro trimestre do ano, um crescimento de 3,1%, tendo sido abrangidos cerca de 153 mil trabalhadores (mais 99 mil que em igual período de 2007).

Figura 2.15. Contratação Colectiva
(VHA, %)

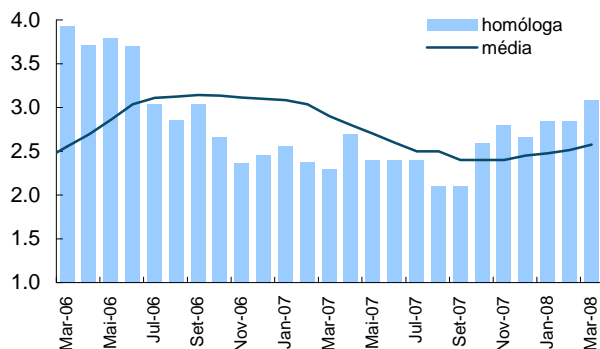


Fonte: MTSS.

Preços

Em Março, a taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) aumentou para 3,1% (2,9% em Fevereiro). A variação média dos últimos 12 meses situou-se em 2,6% (0,1 p.p. acima da verificada no mês anterior).

Figura 2.16. Índice de Preços no Consumidor
(Taxa de variação, em %)

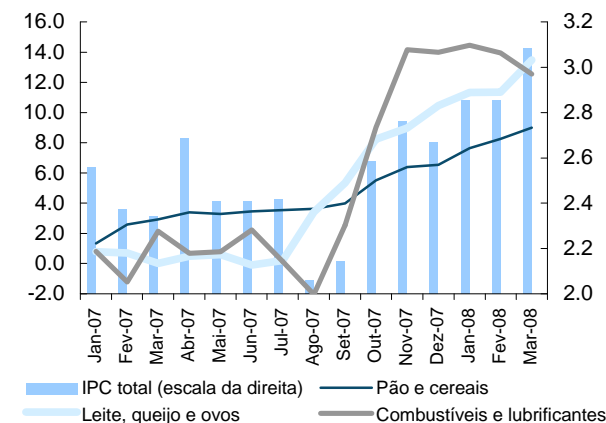


Fonte: INE.

A variação mensal dos preços foi 1,5% (1,2% em Março do ano anterior). Para este aumento mensal dos preços contribuíram essencialmente os artigos de vestuário e calçado, com um aumento de 18,9%, (que reflecte o efeito do lançamento das novas colecções de Primavera-Verão), os “combustíveis e lubrificantes” (cujo preço aumentou 2,3%) e o “tabaco” (reflectindo a actualização do imposto).

A aceleração da variação homóloga dos preços voltou a reflectir, em parte, a evolução dos preços dos bens alimentares transformados (em particular nas rubricas “leite, queijo e ovos” e “pão e cereais”), mas também a aceleração dos preços de alguns bens alimentares não transformados como “carne” e “fruta”.

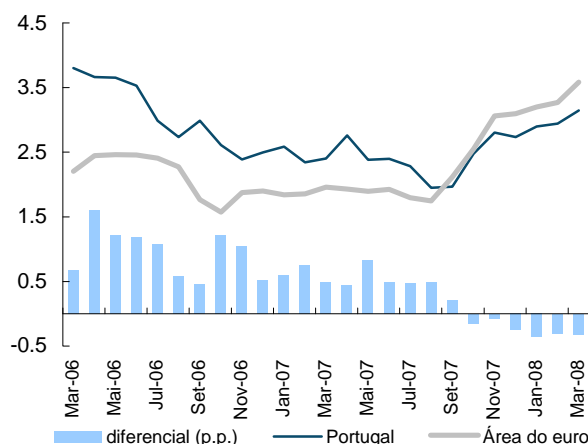
Figura 2.17. IPC e algumas rubricas
(VH, em %)



Fonte: INE e GPEARl.

A inflação homóloga de Portugal, medida pelo IHPC, subiu para 3,1%, situando-se 0,4 p.p. abaixo da área do euro. De referir ainda que Portugal foi o segundo país com inflação homóloga mais baixa na área do euro.

Figura 2.18. IHPC
(VH, em %)



Fontes: INE e Eurostat.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

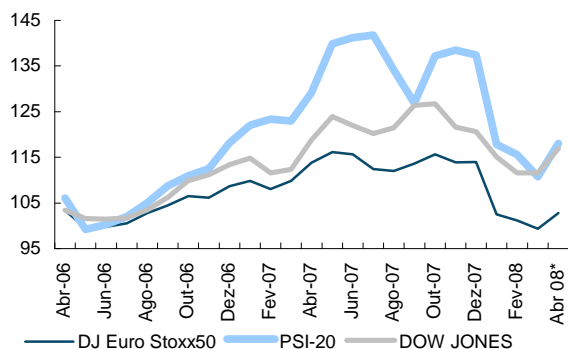
Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007						2008		
				Mar	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	1,2	-0,4	0,4	0,5	0,3	0,1	-0,1	0,0	1,5
Índice de Preços no Consumidor	VH	"	:	2,3	2,1	2,1	2,6	2,8	2,7	2,9	2,9	3,1
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	2,5	2,9	2,5	2,4	2,4	2,4	2,5	2,5	2,5	2,6
IPC – Bens	VH	"	2,2	2,2	1,6	1,6	2,4	2,7	2,4	2,5	2,6	2,9
IPC – Serviços	"	"	2,9	2,5	3,0	2,9	2,9	3,0	3,0	3,4	3,4	3,6
IPC excluindo alimentares e energéticos	"	"	2,2	1,9	2,3	2,1	2,2	2,3	2,4	2,5	2,6	2,8
IHPC	"	"	2,4	2,4	1,9	2,0	2,5	2,8	3,1	2,9	2,9	3,1
Diferencial IHPC vs área do euro (VH)	p.p.	Eurostat	0,3	0,4	0,2	-0,1	-0,1	-0,3	-0,4	-0,3	-0,3	-0,4

* IPC excluindo bens alimentares não transformados e bens energéticos.

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Até meados de Abril, os índices bolsistas internacionais continuaram a apresentar uma quebra significativa; no entanto, a partir de meados do mês têm vindo a recuperar. De facto, no dia 18 de Abril face ao final do mês precedente, os índices *DJ Euro Stoxx50* e *PSI-20* aumentaram 5% e 6,6%, respectivamente.

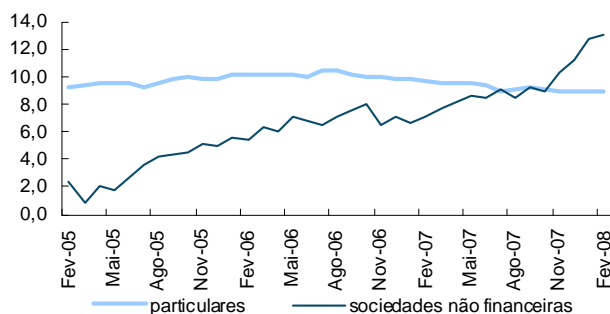
Figura 2.19. Índices Bolsistas
(Fevereiro 2006=100)



Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para Abril, o valor é do dia 18.

Em Março, a capitalização bolsista total em Portugal aumentou face ao mês precedente, invertendo a tendência registada nos 2 primeiros meses do ano, mas continuou a diminuir (12%) face ao final do ano de 2007 devido, principalmente, à quebra do segmento accionista.

Figura 2.20. Empréstimos ao Sector Privado
(va, em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

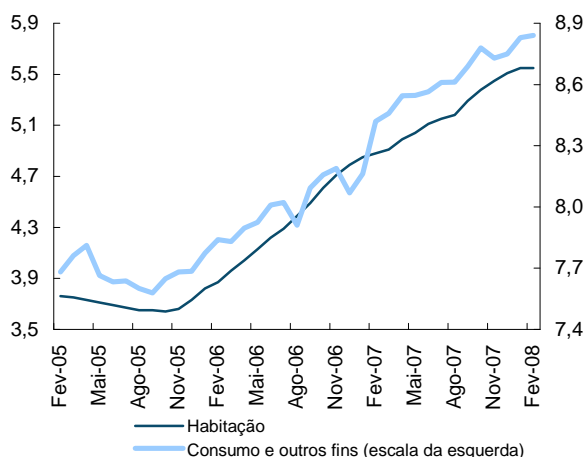
Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007						2008		
				Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	4,54	4,60	4,54	4,55	4,47	4,36	4,54	4,21	4,38	4,42
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	20	26	25	23	29	25	20	28	49	51
PSI 20*	VH	CMVM	16,3	39,0	27,7	16,7	23,7	23,1	16,3	-3,5	-6,3	-9,9
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	8,5	8,9	8,9	8,8	8,8	8,6	8,5	8,4	8,3	:
- para consumo	va**	"	13,7	12,1	12,6	12,3	13,3	14,1	13,7	11,7	12,4	:
Empréstimos a empresas	va**	"	11,2	9,1	8,5	9,2	8,9	10,4	11,2	12,7	13,0	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	5,51	5,15	5,18	5,29	5,38	5,45	5,51	5,55	5,55	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	6,15	5,78	5,81	5,92	6,08	6,10	6,15	6,22	6,13	:

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transacções mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Em Fevereiro de 2008, o ritmo de crescimento dos empréstimos ao sector privado não financeiro tornou a aumentar, reflectindo a aceleração do crédito destinado a empresas.

O crédito destinado a particulares estabilizou em 8,9%, salientando-se a continuação do abrandamento do crédito destinado à habitação para 8,3%.

Figura 2.21. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares (em %)



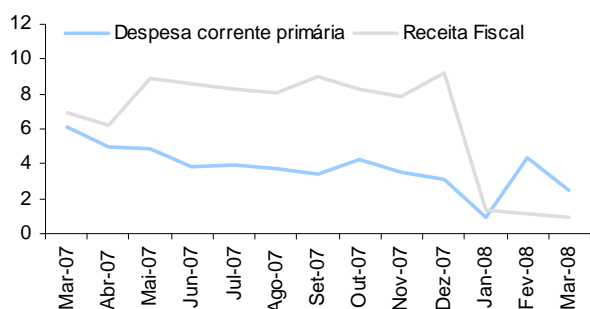
Fonte: Banco de Portugal.

As taxas de juro do crédito apresentaram uma evolução diferenciada. Para o crédito destinado aos particulares, no que diz respeito ao crédito ao consumo e outros fins, a evolução continuou no sentido ascendente; enquanto para a habitação assistiu-se a uma estabilização, invertendo a subida dos últimos meses. Para o crédito destinado às empresas, as taxas de juro diminuiram ligeiramente, contrariando a evolução nos meses precedentes.

Finanças Públicas – Estado

Até Março, o défice global provisório do subsector Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 865,7 milhões de euros, traduzindo uma melhoria de 397,7 milhões de euros quando comparado com o mesmo período do ano anterior. O défice primário foi de 367,9 milhões de euros, representando, do mesmo modo, uma melhoria de 304 milhões de euros, relativamente ao período homólogo.

Figura 2.22. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



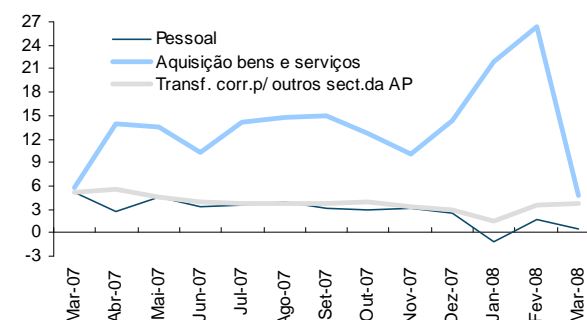
Fonte: DGO.

A execução orçamental deste subsector caracterizou-se pelo:

- aumento da receita fiscal em 1%, quando comparada com o mesmo período de 2007. Os impostos directos registaram um aumento de 5,1%, e os impostos indirectos uma diminuição de 1,1%. A evolução dos impostos indirectos é, em larga medida, explicada pela menor receita de imposto sobre o tabaco (redução de 105,2 milhões de euros de receita neste imposto, face a igual período de 2007), justificado pelo significativo aumento das introduções no consumo deste produto nos finais de 2006 sem contrapartida em 2007; os impostos sobre os produtos petrolíferos e sobre os veículos também registaram uma diminuição nas suas receitas, decorrentes das alterações previstas no Orçamento do Estado para 2008;
- decréscimo da despesa total em 0,7%, em termos homólogos acumulados. A despesa corrente registou um aumento de 1,5% e as despesas de capital uma redução de 27,7%. Entre as despesas correntes, as

despesas com pessoal registaram um crescimento de 0,5% e a rubrica transferências correntes um aumento de 4,1%. Inversamente, registou-se uma diminuição dos encargos com juros em 13% e nos subsídios em 55,8%, dado o diferente padrão intra-anual destas despesas face a 2007.

Figura 2.23. Despesa do Estado – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Em 31 de Março de 2008, a dívida directa do Estado situou-se nos 111,5 mil milhões de euros, registando-se um acréscimo de 588 milhões de euros face ao final do mês anterior. Esta variação da dívida em Março traduz, por um lado, a emissão líquida de obrigações do Tesouro (2790 milhões de euros) e, em sentido contrário, a diminuição do stock de bilhetes do Tesouro, de CEDIC e de certificados de aforro. No mesmo período, a dívida em moedas não euro apresentou uma diminuição do stock em 7 milhões de euros, resultado da apreciação cambial do euro.

Quadro 2.8. Movimento da Dívida do Estado
(milhões de euros)

	29-Fev-08	Mar-08			31-Mar-08
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transaccionável	87 065	3 878	2 447	- 8	88 489
Bilhetes do Tesouro	8 132	878	1 894	0	7 116
Obrigações do Tesouro	77 486	3 000	210	0	80 275
Não Transaccionável	23 858	4 170	5 006	0	23 022
Certificados de Aforro	18 024	99	242	0	17 881
CEDIC	4 798	3 355	3 732	0	4 421
Total	110 923	8 047	7 452	- 8	111 511

Fonte: IGCP.

Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado

	2007		2008		2007		2008	
	Jan-Mar		Jan-Mar		Dez	Jan	Fev	Mar
	10 ⁶ euros		Execução face ao OE corrigido (%)		VHA (%)			
Receita Total	8643,7	8967,3	22,9	22,6	9,2	4,0	2,6	3,7
Receita Corrente	8675,1	8868,3	23,3	22,5	9,1	3,1	1,9	2,2
Impostos Directos	2691,6	2829,4	20,1	19,2	17,2	7,5	6,2	5,1
Impostos Indirectos	5291,7	5232,3	25,0	24,2	4,1	-2,2	-1,0	-1,1
Despesa Total	9907,1	9833,0	21,9	21,6	3,2	-0,5	1,4	-0,7
Despesa Corrente	9131,7	9272,0	21,8	21,9	3,6	3,1	3,7	1,5
Despesa com Pessoal	3057,6	3071,4	22,2	23,3	2,6	-1,1	1,7	0,5
Aquisição Bens e Serviços	165,5	173,5	10,8	12,7	14,2	21,8	26,3	4,9
Subsídios	60,7	26,8	9,1	4,0	-1,3	-50,0	184,1	-55,8
Juros	572,1	497,8	12,0	9,9	7,3	44,0	-5,9	-13,0
Transferências	5198,6	5410,9	24,9	25,2	3,0	1,7	3,9	4,1
Saldo Global	-1263,4	-865,7	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-691,2	-367,9	-	-	-	-	-	-

* Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional.

Fonte: DGO.

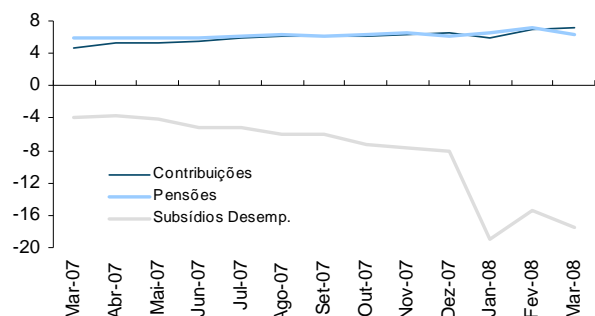
Segurança Social

Até Março, e na óptica da contabilidade pública, o excedente da execução orçamental da Segurança Social foi de 919,6 milhões de euros, revelando uma melhoria de 447 milhões de euros face ao mesmo período de 2007.

A execução orçamental da Segurança Social caracterizou-se por:

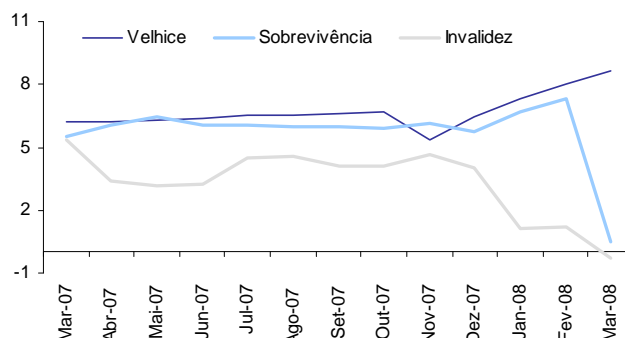
- um aumento da receita corrente em 10,2% face ao mesmo período de 2007, influenciada pelas evoluções positivas das contribuições e das transferências correntes da Administração Central e do Fundo Social Europeu;
- e, um ligeiro aumento da despesa corrente em 0,6% em termos homólogos. Para este resultado contribuiu a subida da despesa em pensões (6,4%), devido ao pagamento do montante adicional relativo à actualização anual das pensões e complementos. Contrariamente, registaram-se decréscimos nos subsídios de desemprego (17,5%) e no subsídio por doença (19,8%), cujo número de beneficiários tem diminuído. Regista-se novamente uma diminuição das despesas em acções de formação profissional (48%), sobretudo as suportadas pelo Fundo Social Europeu (43,8%).

Figura 2.24. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



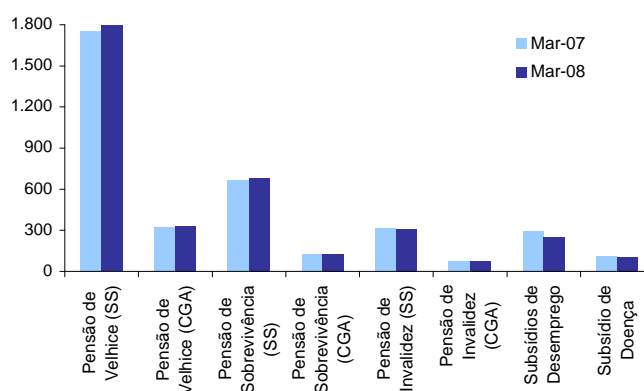
Fonte: DGO.

Figura 2.25. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO

Figura 2.26. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares)



Fonte: MTSS.

Até Março, e na óptica da contabilidade pública, o défice da Caixa Geral de Aposentações (CGA) foi de 129,8 milhões de euros, o qual compara com 32,7 milhões de euros no mesmo período do ano anterior. A receita corrente apresentou um decréscimo de 1,3% em termos homólogos, sobretudo devido à diminuição das quotas de subscritores, e à menor comparticipação do Orçamento do Estado, dadas as maiores disponibilidades de tesouraria no final de 2007. A despesa corrente aumentou 5%, reflectindo a evolução das despesas em pensões.

Quadro 2.10. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2007		2008		2007		2008			
	Jan-Mar		Jan-Mar		Jan-Mar		Jan-Mar			
	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	4 811,8	5 283,8	9,8	23,8	23,8	1 517,6	1 498,6	-1,3	20,9	20,3
Contribuições e quotizações	2 992,7	3 209,4	7,2	24,2	24,7	565,8	585,5	3,5	19,5	19,8
Transf. Correntes da Adm. Central	1 420,4	1 538,7	8,3	23,6	24,1	899,4	860,4	-4,3	24,8	23,1
Despesa Total	4 339,5	4 364,2	0,6	21,7	20,3	1 550,4	1 628,4	5,0	21,2	21,6
Pensões	2 560,6	2 724,2	6,4	20,7	20,9	1 540,1	1 615,7	4,9	21,2	21,6
Subs.de Desemp.e Apoio ao Emp.	465,8	384,3	-19,1	23,7	21,6	-	-	-	-	-
Prestações e Acção Social	864,5	890,4	3,0	23,6	22,3	-	-	-	-	-
Saldo Global	472,3	919,6	-	-	-	- 32,7	- 129,8	-	-	-

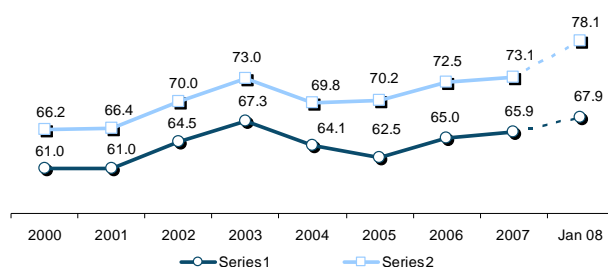
Fontes: DGO e GPEARI.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com dados recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos últimos 12 meses a terminar em Janeiro de 2008, as saídas ^[3] de mercadorias (comércio Intra+Extra UE) cresceram, em termos homólogos, a um ritmo superior ao das entradas (+8,0% contra +7,5%) (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Entradas pelas Saídas de Mercadorias (%)



Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial

Intra + Extra UE (milhões de Euros)	Janeiro			Últimos 12 meses		
	2007	2008	VH	Fev 06-Jan 07	Fev 07-Jan 08	VH
Saídas (fob)	3 090	3 312	7.2	34 972	37 766	8.0
Entradas (cif)	4 410	4 880	10.6	53 468	57 484	7.5
(fob)	4 204	4 652	10.6	50 971	54 799	7.5
Saldo (fob-cif)	- 1 320	- 1 568	18.8	- 18 497	- 19 718	6.6
(fob-fob)	- 1 114	- 1 340	20.3	- 16 000	- 17 034	6.5
Cobertura (fob/cif)	70.1	67.9	-	65.4	65.7	-
(fob/fob)	73.5	71.2	-	68.6	68.9	-
Sem energéticos:						
Saídas (fob)	2 980	3 131	5.1	33 082	36 018	8.9
Entradas (cif)	3 777	4 012	6.2	45 384	49 272	8.6
(fob)	3 601	3 824	6.2	43 264	46 971	8.6
Saldo (fob-cif)	-798	-880	10.3	-12 301	-13 254	7.7
(fob-fob)	-621	-693	11.5	-10 182	-10 953	7.6
Cobertura (fob/cif)	78.9	78.1	-	72.9	73.1	-
(fob/fob)	82.7	81.9	-	76.5	76.7	-
Extra UE (milhões de Euros)	Janeiro a Fevereiro			Últimos 12 meses		
	2007	2008	VH	Mar 06-Fev 07	Mar 07-Fev 08	VH
Exportações (fob)	1 314	1 549	17.9	8 067	8 960	11.1
Importações (cif)	2 022	2 726	34.8	12 953	14 703	13.5
(fob)	1 928	2 599	34.8	12 348	14 016	13.5
Saldo (fob-cif)	- 708	- 1 177	66.1	- 4 886	- 5 742	17.5
(fob-fob)	- 614	- 1 049	70.9	- 4 281	- 5 056	18.1
Cobertura (fob/cif)	65.0	56.8	-	62.3	60.9	-
(fob/fob)	68.2	59.6	-	65.3	63.9	-

Nota: Os dados do comércio Extra-UE, na base do quadro, já disponíveis para o período de Janeiro a Fevereiro, são distintos dos implícitos acima no comércio Intra+Extra, que correspondem à versão preliminar do período de Janeiro.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2007 - segunda versão do ano; 2008 - versão preliminar.

O grau de cobertura (Fob/Cif) das entradas pelas saídas de mercadorias subiu 0,3 pontos percentuais, ao passar de 65,4% para 65,7% (Figura 3.1).

Tratando-se de dados relativos a um único mês, ainda susceptíveis de numerosas correcções ao longo do ano, apesar de incluírem já estimativas das não-respostas a sua extrapolação deve ser analisada com cautela.

Excluindo os produtos energéticos, constata-se que nesse período as saídas cresceram 8,9% em termos homólogos, tendo as entradas aumentado 8,6%. A correspondente taxa de cobertura (Fob/Cif) atingiu 73,1%, superior em 0,2 p.p. à registada no período homólogo anterior.

Segundo dados já disponíveis para o período de Janeiro a Fevereiro de 2008, as exportações para os países terceiros, nos últimos 12 meses a terminar em Fevereiro, terão aumentado 11,1%, e as importações 13,5% (Quadro 3.1).

Quadro 3.2. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	ENTRADA (Cif)			SAÍDA (Fob)		
	2007	2008	Tx Var	2007	2008	Tx Var
Janeiro	4 410	4 880	10.6	3 090	3 312	7.2
Fevereiro	4 222	-	-	2 959	-	-
Março	4 903	-	-	3 447	-	-
Abril	4 551	-	-	2 948	-	-
Maio	5 019	-	-	3 289	-	-
Junho	4 805	-	-	3 348	-	-
Julho	4 867	-	-	3 421	-	-
Agosto	4 212	-	-	2 434	-	-
Setembro	4 776	-	-	3 128	-	-
Outubro	5 308	-	-	3 411	-	-
Novembro	5 313	-	-	3 360	-	-
Dezembro	4 629	-	-	2 708	-	-
1º Trimestre	13 535	-	-	9 497	-	-
2º Trimestre	14 375	-	-	9 585	-	-
3º Trimestre	13 855	-	-	8 984	-	-
4º Trimestre	15 250	-	-	9 479	-	-

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2007 - segunda versão do ano; 2008 - versão preliminar.

[1] Informação mais desagregada encontra-se disponível no "site" do GEE em "Síntese Estatística do Comércio Internacional": www.gee.min-economia.pt.

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra + Extra-UE) divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística para o mês de Janeiro de 2008 e os do comércio extra-comunitário relativos ao período de Janeiro a Fevereiro de 2008, correspondem a primeiras versões. Os dados relativos a 2007, são os implícitos numa segunda versão do ano. No que respeita ao comércio intracomunitário, em ambos os anos estão incluídas estimativas do INE do valor abaixo dos limiares de assimilação (limiar anual abaixo do qual os operadores intracomunitários estão dispensados de declaração *Intrastat*, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 100 mil euros para as chegadas e 230 mil para as expedições, em 2008), bem como estimativas das não-respostas (valor das transacções das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação).

[3] A designação "saídas" traduz o somatório das "expedições" para o espaço comunitário com as "exportações" para os países terceiros. Paralelamente, "entradas" corresponde à acumulação das "chegadas" de países comunitários, com as "importações" provenientes dos países terceiros.

Saídas de Mercadorias

Nos últimos 12 meses a terminar em Janeiro de 2008, as saídas de mercadorias registaram, face ao período homólogo anterior, uma taxa de crescimento em valor de 8,0%. Esta taxa é consideravelmente superior à taxa média de crescimento anual dos últimos cinco anos (+6,0%) (Quadro 3.3).

No mesmo período, assinalam-se crescimentos a dois dígitos nas saídas dos grupos de produtos "Agro-alimentares" (+18,6%), "Produtos Acabados Diversos" (+15,5%), "Químicos" (+12,9%), e "Minérios e Metais" (+12,6%).

Seguiram-se os grupos da "Madeira, Cortiça e Papel" (+8,9%), "Máquinas" (+5,9%), "Vestuário e Calçado" (+5,4%), "Peles, Couros e Têxteis" (+3,1%), e "Material de Transporte" (+2,2%).

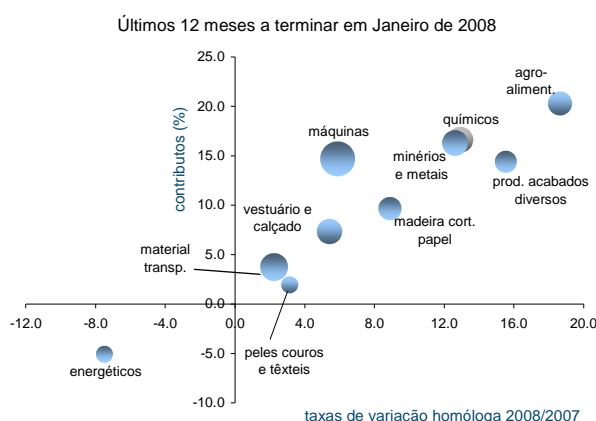
O único grupo de produtos em que se verificou uma variação negativa foi o dos "Energéticos" (-7,5%).

As saídas do grupo "Vestuário e Calçado" reflectiram aumentos no "vestuário de malha" (+5,7%), no "calçado" (+4,7%) e no "vestuário excepto de malha" (+4,1%).

Ponderando os pesos no total, os maiores contributos para a taxa de crescimento das saídas de mercadorias no período em análise couberam aos grupos "Agro-alimentares" (20,3%), "Químicos" (16,6%), "Minérios e Metais" (16,3%), "Máquinas" (14,7%), e "Produtos Acabados Diversos" (14,4%).

Menos relevantes foram os contributos dos grupos "Madeira, Cortiça e Papel" (9,7%), "Vestuário e Calçado" (7,3%), "Material de Transporte" (3,7%), e "Peles, Couros e Têxteis" (2,0%). Negativo foi o contributo do grupo "Energéticos" (-5,1%) (Figura 3.2 e Quadro 3.3).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Saídas por Grupos de Produtos (%)



Nota: A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das saídas no período.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2007 - versão preliminar do ano; 2008 - versão preliminar.

Quadro 3.3. Saídas* de Mercadorias por Grupos de Produtos

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos						
			Janeiro		Anual		Janeiro		média anual	últimos 12 meses			Janeiro
	2007	2008	2002	2007**	2007	2008	02-07**	VH		contributos [1]		VH	contributos [1]
									p.p.	%		p.p.	%
TOTAL DAS SAÍDAS	3 090	3 312	100.0	100.0	100.0	100.0	6.0	8.0	8.0	100.0	7.2	7.2	100.0
000 Agro-Alimentares	260	324	7.8	9.3	8.4	9.8	9.8	18.6	1.6	20.3	24.6	2.1	28.9
100 Energéticos	111	180	2.0	4.5	3.6	5.4	24.9	-7.5	-0.4	-5.1	62.8	2.2	31.4
200 Químicos	332	348	8.1	10.9	10.8	10.5	12.7	12.9	1.3	16.6	4.6	0.5	6.9
300 Madeira, Cortiça e Papel	268	281	9.6	8.8	8.7	8.5	4.2	8.9	0.8	9.7	4.8	0.4	5.8
400 Peles, Couros e Têxteis	139	142	7.7	4.8	4.5	4.3	-3.6	3.1	0.2	2.0	1.8	0.1	1.1
500 Vestuário e Calçado	357	391	16.5	10.4	11.5	11.8	-3.3	5.4	0.6	7.3	9.5	1.1	15.3
600 Minérios e Metais	305	322	6.4	10.8	9.9	9.7	17.9	12.6	1.3	16.3	5.3	0.5	7.3
700 Máquinas	648	618	19.7	19.9	21.0	18.7	6.2	5.9	1.2	14.7	-4.6	-1.0	-13.5
800 Material de Transporte	441	430	15.0	12.9	14.3	13.0	2.9	2.2	0.3	3.7	-2.5	-0.4	-5.0
900 Produtos Acabados Diversos	229	277	7.3	7.7	7.4	8.4	7.2	15.5	1.2	14.4	21.0	1.6	21.7
Por memória:													
Total sem energéticos	2 980	3 131	98.0	95.5	96.4	94.6	5.5	8.9	8.4	105.1	5.1	4.9	68.6

* Somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros

** O ano de 2007 aqui considerado não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2002.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: TVH x peso no período homólogo anterior ÷ 100

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2007 - segunda versão do ano; 2008 - versão preliminar.

Nos últimos 12 meses a terminar em Janeiro, as expedições para o mercado comunitário cresceram 7,2%, cabendo 6,8% aos países da UE-15 e 19,1% aos doze países do alargamento. Por sua vez, as exportações para os países terceiros aumentaram 10,8% (Quadro 3.4).

Neste período, destacam-se, entre os países comunitários, os aumentos das expedições portuguesas para a Polónia (+19,2%, que compara com +13,3% no período de 2002-2007), Suécia (+15,2%, que compara com +2,0%), Dinamarca (+14,1%, com -0,2% em 2002-2007), Espanha (+11,4%, que compara com 12,1%), e França (+10,1% e 4,5% no quinquénio anterior).

Verificaram-se decréscimos nas expedições para a Bélgica (-10,8%), Reino Unido (-6,6%) e Países Baixos (-0,8%).

Entre os países terceiros, destacam-se, pelo seu peso relativo, os EUA (4,8% do total no mês de Janeiro de 2008) e Angola (4,1%).

Nos últimos 12 meses, ressalta o forte incremento das exportações para a Malásia (+312,2%), Japão (+146,1%), Angola (+35,0%) e Rússia (+33,8%).

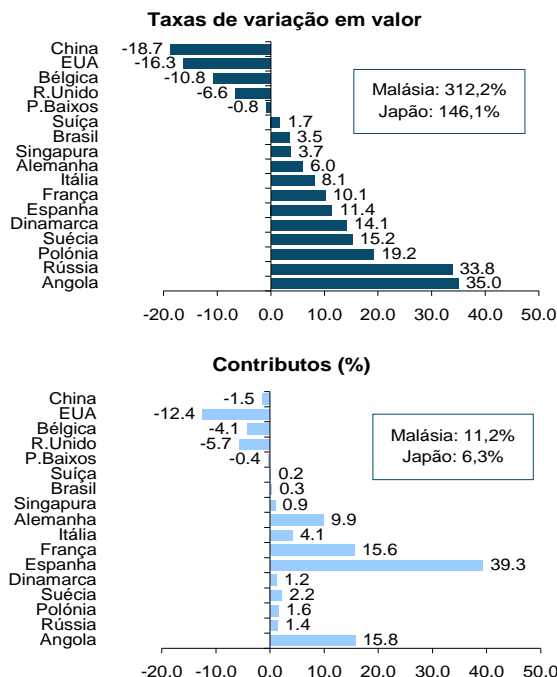
Após um acentuado aumento nos últimos anos, as exportações para Singapura, constituídas principalmente por dispositivos electrónicos, cresceram apenas 3,7% no período, tendo no entanto aumentado substancialmente as exportações deste tipo de produtos para a região, designadamente para a Malásia e Japão.

As exportações para a China, que nos últimos cinco anos haviam crescido à taxa média anual de 17,6%, registam agora uma descida (-18,7%) (Figura 3.3 e Quadro 3.4).

Ponderando os pesos no total, os maiores contributos para o crescimento das saídas de mercadorias no período em análise, em termos de mercados de destino, incidiram na Espanha (39,3%), em Angola (15,8%), na França (15,6%), na Malásia (11,2%), e na Alemanha (9,9%).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Saídas para uma Selecção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em Janeiro de 2008



Quadro 3.4. Evolução das Saídas de Mercadorias com Destino a uma Selecção de Mercados

Intra + Extra-UE (Fob)

Valores em milhões de euros

Destino	Janeiro		Estrutura (%)				média anual 02-07*	Taxas de variação e contributos [2]					
	2007	2008	anual		Janeiro			últimos 12 meses				Janeiro	
			2002	2007*	2007	2008		VH [1]	contributos		VH	contributos	
									p.p.	%		p.p.	%
TOTAL	3 090	3 312	100,0	100,0	100,0	100,0	6,0	8,0	8,0	100,0	7,2	7,2	100,0
Intra UE-27	2 407	2 540	81,4	76,2	77,9	76,7	4,7	7,2	5,5	69,2	5,5	4,3	59,9
dos quais:													
UE-15	2 341	2 455	79,8	73,9	75,8	74,1	4,4	6,8	5,1	64,2	4,9	3,7	51,6
Espanha	881	941	20,9	27,7	28,5	28,4	12,1	11,4	3,1	39,3	6,8	1,9	27,0
Alemanha	422	437	17,7	13,2	13,7	13,2	0,0	6,0	0,8	9,9	3,6	0,5	6,9
França	422	430	13,5	12,6	13,7	13,0	4,5	10,1	1,2	15,6	2,0	0,3	3,7
R.Unido	175	184	10,4	6,0	5,7	5,6	-4,9	-6,6	-0,5	-5,7	5,2	0,3	4,1
Itália	132	128	4,6	4,1	4,3	3,9	3,9	8,1	0,3	4,1	-3,0	-0,1	-1,8
P.Baixos	110	112	3,8	3,4	3,6	3,4	3,4	-0,8	0,0	-0,4	2,1	0,1	1,1
Bélgica	89	77	4,3	2,6	2,9	2,3	-4,3	-10,8	-0,3	-4,1	-13,7	-0,4	-5,5
Suécia	30	46	1,5	1,2	1,0	1,4	2,0	15,2	0,2	2,2	55,3	0,5	7,4
Dinamarca	25	25	1,0	0,7	0,8	0,8	-0,2	14,1	0,1	1,2	-0,4	0,0	-0,1
Alargamento	66	85	1,5	2,4	2,1	2,6	15,6	19,1	0,4	5,2	27,8	0,6	8,3
Polónia	20	28	0,5	0,7	0,7	0,8	13,3	19,2	0,1	1,6	38,4	0,3	3,5
Extra UE-27	683	772	18,6	23,8	22,1	23,3	11,3	10,8	2,5	30,8	13,0	2,9	40,1
dos quais:													
EUA	157	158	5,7	4,9	5,1	4,8	2,6	-16,3	-1,0	-12,4	0,8	0,0	0,6
Angola	118	135	2,1	4,6	3,8	4,1	24,2	35,0	1,3	15,8	14,8	0,6	7,9
Singapura	42	66	0,4	1,9	1,4	2,0	42,1	3,7	0,1	0,9	56,2	0,8	10,8
Malásia	20	34	0,2	1,1	0,7	1,0	49,7	312,2	0,9	11,2	66,4	0,4	6,0
Japão	18	17	0,3	0,8	0,6	0,5	25,7	146,1	0,5	6,3	-6,4	0,0	-0,5
Suíça	19	24	1,1	0,7	0,6	0,7	-2,1	1,7	0,0	0,2	28,5	0,2	2,4
Brasil	21	27	0,6	0,7	0,7	0,8	9,5	3,5	0,0	0,3	29,0	0,2	2,7
Por memória:													
China	18	14	0,3	0,5	0,6	0,4	17,6	-18,7	-0,1	-1,5	-20,7	-0,1	-1,7
Rússia	11	19	0,1	0,4	0,4	0,6	35,0	33,8	0,1	1,4	67,2	0,2	3,4
PALOP	148	165	3,0	5,6	4,8	5,0	20,2	31,0	1,4	17,6	11,2	0,5	7,5
EFTA	27	33	1,9	1,0	0,9	1,0	-6,2	-2,1	0,0	-0,3	23,4	0,2	2,9

* O ano de 2007 considerado na estrutura anual e na média anual 2002-2007 não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas para ser comparável com 2002.

[1] (Fev 07-Jan 08) / (Fev 06-Jan 07) x 100 - 100.

[2] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Nota: Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2007.

Entradas de Mercadorias

Nos últimos 12 meses a terminar em Janeiro de 2008, as entradas de mercadorias registaram, face ao período homólogo anterior, uma taxa de crescimento de 7,5% (Quadro 3.5).

Ponderando os pesos no total das entradas, os maiores contributos para a sua taxa de crescimento incidiram nos grupos de produtos “Agro-alimentares” (20,8%), “Material de Transporte” (16,1%), “Máquinas” (16,0%), e “Químicos” (12,8%).

Seguiu-se o grupo dos “Minérios e Metais” (9,0%) e, com contributos da ordem dos 7 a 8% os grupos dos “Têxteis, Vestuário e Calçado”, dos “Produtos Acabados Diversos” e das “Peles, Madeira, Cortiça e Papel”.

A UE-27 foi a origem de 72,0% das entradas em Janeiro de 2008, cabendo 70,3% aos países da UE-15 e apenas 1,7% aos doze países do alargamento.

Destacaram-se pelo seu peso, as entradas provenientes de Espanha (30,2%), da Alemanha (11,9%) e de França (7,9%). As importações com origem nos países da OPEP, onde já de inclui Angola, representaram 9,8% do total.

Quadro 3.5. Entradas de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Selecção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]						
			Anual		Janeiro		média anual 02-07**	últimos 12 meses			Janeiro		
	2007	2008	2002	2007**	2007	2008		VH [1]	contributos		VH	contributos	
							p.p.		%	p.p.		%	
TOTAL DAS ENTRADAS	4 410	4 880	100.0	100.0	100.0	100.0	5.5	7.5	7.5	100.0	10.6	10.6	100.0
Grupos de Produtos													
000-Agro-Alimentares	554	597	12.8	12.8	12.6	12.2	5.4	12.9	1.6	20.8	7.7	1.0	9.1
100-Energéticos	633	868	9.6	14.3	14.3	17.8	14.2	1.6	0.2	3.2	37.2	5.3	50.1
200-Químicos	623	673	13.8	13.7	14.1	13.8	5.3	7.0	1.0	12.8	8.0	1.1	10.7
300-Peles, Mad, Cortiça e Papel	212	226	5.7	4.7	4.8	4.6	1.7	11.8	0.5	7.2	6.7	0.3	3.0
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	330	354	8.6	6.6	7.5	7.3	0.2	8.5	0.6	7.6	7.3	0.5	5.2
500-Minérios e Metais	490	457	8.9	10.5	11.1	9.4	9.1	6.5	0.7	9.0	-6.7	-0.7	-7.0
600-Máquinas [3]	858	900	21.0	19.8	19.4	18.4	4.2	6.0	1.2	16.0	4.9	1.0	9.0
700-Material de Transporte [4]	469	530	13.6	12.1	10.6	10.9	3.0	10.4	1.2	16.1	13.2	1.4	13.2
800-Prod. Acabados Diversos	242	274	6.1	5.5	5.5	5.6	3.6	9.6	0.6	7.4	13.3	0.7	6.8
Total sem energéticos	3 777	4 012	90.4	85.7	85.7	82.2	4.4	8.6	7.3	96.8	6.2	5.3	49.9
Mercados de origem													
Intra UE-27	3 291	3 515	79.9	74.8	74.6	72.0	4.1	7.0	5.3	70.2	6.8	5.1	47.7
dos quais:													
UE-15	3 227	3 432	77.9	73.1	73.2	70.3	4.1	6.9	5.1	67.6	6.4	4.7	43.8
Espanha	1 376	1 472	28.9	30.4	31.2	30.2	6.5	9.1	2.8	36.9	7.0	2.2	20.5
Alemanha	592	578	15.0	13.3	13.4	11.9	3.0	1.2	0.2	2.3	-2.3	-0.3	-2.9
França	394	384	10.2	8.6	8.9	7.9	1.9	9.2	0.8	10.3	-2.6	-0.2	-2.2
Itália	229	235	6.7	5.4	5.2	4.8	0.9	3.9	0.2	2.9	2.9	0.1	1.4
P.Baixos	190	220	4.6	4.7	4.3	4.5	6.0	13.3	0.6	7.9	15.7	0.7	6.3
R.Unido	146	177	5.2	3.6	3.3	3.6	-2.2	-8.8	-0.4	-4.9	20.8	0.7	6.5
Bélgica	117	127	3.1	2.9	2.7	2.6	4.3	12.1	0.3	4.4	8.2	0.2	2.0
Suécia	50	68	1.2	1.1	1.1	1.4	4.7	24.8	0.2	3.2	35.2	0.4	3.8
Alargamento	64	83	2.0	1.7	1.5	1.7	2.6	12.0	0.2	2.6	28.4	0.4	3.9
Extra UE-27	1 119	1 365	20.1	25.2	25.4	28.0	10.4	9.2	2.2	29.8	21.9	5.6	52.3
dos quais:													
Brasil	91	133	1.5	2.5	2.1	2.7	15.9	18.8	0.4	5.6	46.9	1.0	9.1
China	76	112	0.8	1.9	1.7	2.3	25.2	39.5	0.6	7.7	46.4	0.8	7.5
Nigéria	65	179	1.3	1.8	1.5	3.7	12.5	38.0	0.6	7.7	174.2	2.6	24.3
EUA	81	123	2.1	1.7	1.8	2.5	1.4	26.0	0.4	5.1	52.0	1.0	9.0
Líbia	65	124	0.1	1.4	1.5	2.5	67.8	64.2	0.6	8.3	91.2	1.3	12.6
Noruega	85	35	1.1	1.2	1.9	0.7	7.8	-10.9	-0.1	-2.0	-58.7	-1.1	-10.6
Argélia	53	9	0.5	1.0	1.2	0.2	24.0	-36.0	-0.6	-7.5	-83.8	-1.0	-9.5
Japão	42	49	1.7	1.0	0.9	1.0	-4.5	7.2	0.1	1.0	18.1	0.2	1.6
Rússia	53	45	0.8	1.0	1.2	0.9	9.3	-16.0	-0.2	-2.6	-15.5	-0.2	-1.8
OPEP[3]	284	478	4.0	7.0	6.4	9.8	17.7	11.5	0.8	10.4	68.6	4.4	41.4
EFTA	116	64	2.2	2.1	2.6	1.3	4.1	-0.6	0.0	-0.2	-45.1	-1.2	-11.2
PALOP	2	55	0.3	0.7	0.0	1.1	27.5	401.6	0.7	9.1	2675.3	1.2	11.4

* Somatório das “Chegadas” de mercadorias provenientes da UE com as “Importações” de Países Terceiros.

** O ano de 2007 aqui considerado não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2002.

[1] (Fev 07-Jan 08) / (Fev 06-Jan 07) x 100 - 100.

[2] Contributos p/ taxa de crescimento das entradas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[3] Não inclui tractores agrícolas.

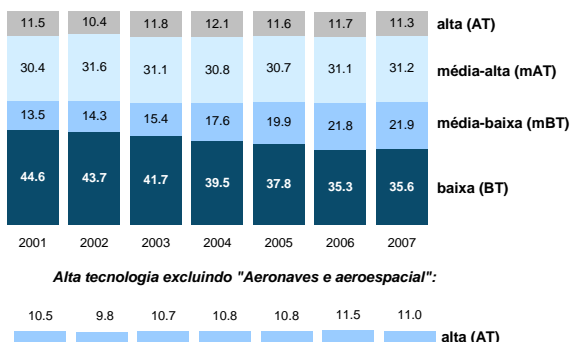
[4] Inclui tractores agrícolas.

[5] Inclui Angola.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

De acordo com dados de base declarados do INE, não englobando portanto estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário, no período de Janeiro a Dezembro de 2007 assistiu-se a uma estabilização da estrutura das saídas por grau de intensidade tecnológica (Quadro 3.4).

Figura 3.4. Saídas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Nota 1 - Não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário.

Nota 2: Os dados dos produtos de AT em 2004 e 2005 não são comparáveis porque a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na Balança de Serviços. O mesmo sucede em 2005 e 2006, por idêntico tratamento ter sido aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Fonte: GEE a partir de dados de base declarados do INE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 e 2007 - segundas versões).

O conjunto da Alta e Média-alta Intensidade Tecnológica contribuiu com 3,6 p.p. para um crescimento de 9,2% do total das saídas.

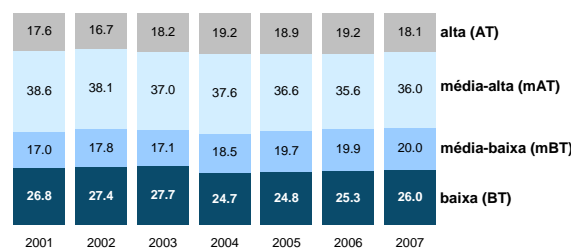
O peso das saídas dos produtos de Baixa Intensidade Tecnológica no conjunto das saídas de produtos industriais transformados, que se situava em 44,6% do total em 2001, situou-se em 35,6% em 2007 (Figura 3.4).

Na Figura 3.5 encontram-se representadas as entradas destes produtos industriais no mesmo período.

Para mais detalhes, consultar a publicação "Balança de Produtos Industriais Transformados por Grau de Intensidade Tecnológica" nº 3/2008 em:

www.gee.min-economia.pt

Figura 3.5. Entradas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Nota: Não inclui estimativa abaixo do limiar de assimilação nem estimativa das não-respostas, no comércio intracomunitário.

Fonte: GEE, a partir de dados de base declarados do INE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 e 2007 - segundas versões).

Quadro 3.6. Saídas e Entradas* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intensidade Tecnológica			Taxas de variação em valor			% total prod. indust. transf.			Contributos ^[1] (p.p.)	
	2006	2007	média 2001-06	2006/05	2007/06	2005	2006	2007	2006	2007
SAÍDAS*										
Total dos prod. indust. transformados	32 008 983	34 964 762	4.2	12.5	9.2	100.0	100.0	100.0	12.5	9.2
Alta tecnologia	3 750 932	3 945 373	4.7	13.8	5.2	11.6	11.7	11.3	1.6	0.6
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	3 674 540	3 844 807	3.0	21.0	4.6	10.8	11.5	11.0	2.3	0.5
Média-alta tecnologia	9 969 318	10 919 009	4.7	14.1	9.5	30.7	31.1	31.2	4.3	3.0
Média-baixa tecnologia	6 985 948	7 662 021	14.7	23.4	9.7	19.9	21.8	21.9	4.6	2.1
Baixa tecnologia	11 302 785	12 438 359	-0.5	5.0	10.0	37.8	35.3	35.6	1.9	3.5
<i>Por memória:</i>										
Total das Saídas	33 638 961	36 712 313	4.6	13.3	9.1	100.0	100.0	100.0	13.3	9.1
Residual	1 629 978	1 747 551	12.8	32.4	7.2	4.1	4.8	4.8	1.3	0.3
ENTRADAS*										
Total dos prod. indust. transformados	42 287 313	46 110 209	2.1	7.0	9.0	100.0	100.0	100.0	7.0	9.0
Alta tecnologia	8 130 338	8 342 142	3.8	8.7	2.6	18.9	19.2	18.1	1.6	0.5
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	7 716 938	7 754 522	4.8	11.4	0.5	17.8	0.0	17.0	2.0	0.1
Média-alta tecnologia	15 034 104	16 578 739	0.4	4.0	10.3	36.6	35.6	36.0	1.5	3.7
Média-baixa tecnologia	8 411 108	9 205 313	5.3	8.0	9.4	19.7	19.9	20.0	1.6	1.9
Baixa tecnologia	10 711 764	11 984 015	1.0	9.2	11.9	24.8	25.3	26.0	2.3	3.0
<i>Por memória:</i>										
Total das Entradas	51 329 319	55 460 242	3.1	7.7	8.0	100.0	100.0	100.0	7.7	8.0
Residual	9 042 006	9 350 033	8.9	11.1	3.4	17.1	17.6	16.9	1.9	0.6

* Saídas de mercadorias correspondem ao somatório das Expedições, no comércio Intracomunitário, com as Exportações para Países Terceiros. Entradas correspondem ao somatório das Chegadas, no comércio Intracomunitário, com as Importações, originárias de

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas de produtos industriais transformados, em pontos percentuais - análise shift share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT em 2004 e 2005 não são exactamente comparáveis uma vez que a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de

Nota: Não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem estimativa das não-respostas, no comércio intracomunitário.

Fonte: GEE a partir de dados de base do INE declarados para Intra-UE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 e 2007 - segundas versões).

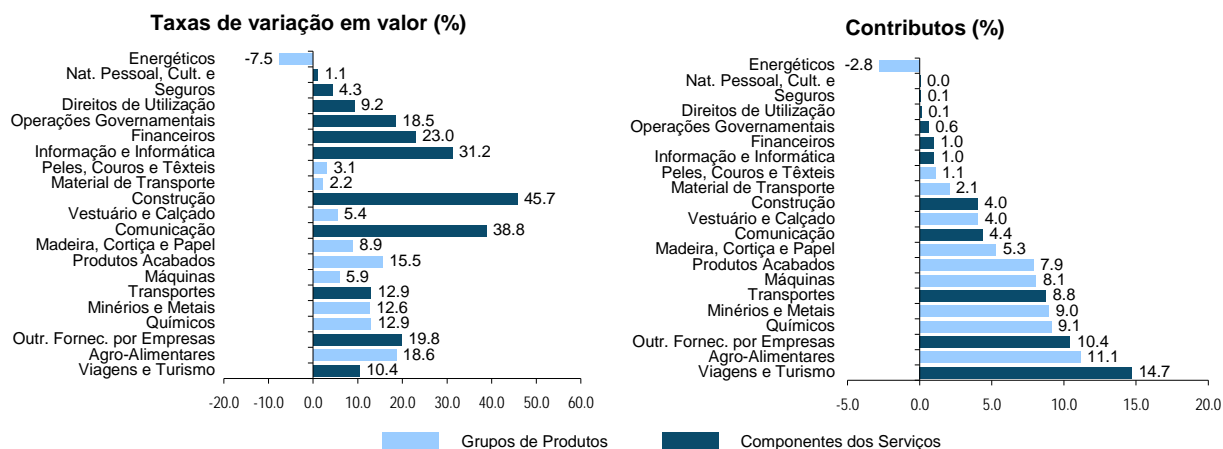
Comércio Internacional de Bens e Serviços

De acordo com os dados divulgados pelo Banco de Portugal, no mês de Janeiro de 2008 o peso dos Serviços no total dos Bens e Serviços foi de 26,7% do lado das "exportações" (crédito), e 14,7% na vertente das "importações" (débito). Neste período, as "exportações" de Bens e Serviços aumentaram 7,5% em termos homólogos, sendo 55,9% desse crescimento explicado pelas "exportações" de Bens (Intra+Extra UE) e os restantes 44,1% pelas "exportações" de Serviços Quadro 3.7).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços nos últimos 12 meses a terminar em Janeiro de 2008, com base em dados do INE para as "exportações" de Bens e do Banco de Portugal para as "exportações" de Serviços. O painel direito mede a proporção do crescimento das "exportações" atribuível a cada uma das categorias de serviços e grupos de produtos (9,6 p.p = 100). A figura revela que entre os 8 itens que mais contribuíram para o crescimento das "exportações", 3 referem-se a Serviços.

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes

Últimos 12 meses a terminar em Janeiro de 2008



Quadro 3.7. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Janeiro		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos						
			Anual		Janeiro		média anual 02-07	últimos 12 meses			Janeiro		
	2007	2008	2002	2007	2007	2008		VH	contributos [1]		VH	contributos [1]	
								p.p.	%		p.p.	%	
CRÉDITO ("Exportações")													
Bens e Serviços	4 163	4 475	100.0	100.0	100.0	100.0	7.0	9.6	9.6	100.0	7.5	7.5	100.0
Bens	3 106	3 280	71.6	69.8	74.6	73.3	6.4	7.5	5.3	54.9	5.6	4.2	55.9
Serviços	1 057	1 195	28.4	30.2	25.4	26.7	8.4	15.1	4.4	45.1	13.0	3.3	44.1
Transportes	264	273	5.0	6.7	6.3	6.1	13.4	12.9	0.8	8.8	3.2	0.2	2.7
Viagens e Turismo	391	428	15.9	13.7	9.4	9.6	3.9	10.4	1.4	14.7	9.3	0.9	11.6
Comunicação	45	65	0.7	1.3	1.1	1.5	22.3	38.8	0.4	4.4	44.1	0.5	6.4
Construção	32	46	0.6	1.1	0.8	1.0	22.3	45.7	0.4	4.0	43.8	0.3	4.5
Seguros	9	8	0.2	0.2	0.2	0.2	4.3	4.3	0.0	0.1	-11.3	0.0	-0.3
Financeiros	20	22	0.4	0.5	0.5	0.5	9.0	23.0	0.1	1.0	11.5	0.1	0.7
Informação e Informática	14	20	0.2	0.4	0.3	0.4	19.1	31.2	0.1	1.0	44.9	0.1	2.0
Direitos de Utilização	6	3	0.1	0.1	0.1	0.1	20.0	9.2	0.0	0.1	-43.6	-0.1	-0.8
Outr. Fornec. por Empresas	249	288	4.6	5.5	6.0	6.4	9.3	19.8	1.0	10.4	15.7	0.9	12.5
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	14	26	0.3	0.4	0.3	0.6	10.9	1.1	0.0	0.0	79.8	0.3	3.7
Operações Governamentais	12	15	0.4	0.3	0.3	0.3	4.5	18.5	0.1	0.6	28.8	0.1	1.1
DÉBITO ("Importações" Fob)													
Bens e Serviços	5 036	5 546	100.0	100.0	100.0	100.0	3.8	7.4	7.4	100.0	10.1	10.1	100.0
Bens	4 269	4 728	84.6	84.5	84.8	85.3	3.7	7.2	6.1	82.7	10.8	9.1	90.2
Serviços	767	817	15.4	15.5	15.2	14.7	4.2	8.3	1.3	17.3	6.5	1.0	9.8
Transportes	225	230	4.6	4.7	4.5	4.2	4.1	7.2	0.3	4.5	2.2	0.1	1.0
Viagens e Turismo	205	222	4.6	4.4	4.1	4.0	2.4	7.4	0.3	4.4	8.3	0.3	3.3
Comunicação	31	37	0.5	0.8	0.6	0.7	13.6	42.2	0.3	3.4	18.4	0.1	1.1
Construção	9	19	0.2	0.2	0.2	0.3	4.2	17.4	0.0	0.4	117.3	0.2	2.0
Seguros	21	18	0.3	0.3	0.4	0.3	11.6	-1.6	0.0	-0.1	-13.7	-0.1	-0.6
Financeiros	12	14	0.4	0.3	0.2	0.3	5.7	5.5	0.0	0.3	15.5	0.0	0.4
Informação e Informática	24	23	0.4	0.4	0.5	0.4	7.2	12.2	0.0	0.7	-3.3	0.0	-0.2
Direitos de Utilização	31	18	0.7	0.5	0.6	0.3	0.8	4.9	0.0	0.3	-43.5	-0.3	-2.7
Outr. Fornec. por Empresas	161	200	2.9	3.1	3.2	3.6	5.8	11.9	0.4	4.8	23.9	0.8	7.6
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	28	23	0.5	0.6	0.6	0.4	4.9	-4.4	0.0	-0.4	-19.8	-0.1	-1.1
Operações Governamentais	20	14	0.3	0.3	0.4	0.3	3.3	-20.3	-0.1	-1.1	-27.8	-0.1	-1.1

[1] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção do crescimento das "importações" de bens e serviços atribuível a cada categoria especificada.

Fonte: GEE, com base em dados do Banco de Portugal (Bal. Pagamentos) para o total dos Bens e para as categorias dos Serviços. A distribuição do contributo das exportações de Bens pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do INE.

Destques

Procedimento dos Défices Excessivos – 1ª Notificação de 2008

De acordo com a primeira notificação de 2008 no âmbito do Procedimentos dos Défices Excessivos (PDE), divulgada a 26 de Março para Portugal, os valores do défice e da dívida das Administrações Públicas para 2007 situaram-se em 2,6% e 63,6% do PIB, respectivamente (Quadro 1). Quando comparados com os valores reportados na notificação de 16 de Outubro de 2007, verifica-se uma redução nas duas variáveis, de 0,4 e 0,8 pontos percentuais (p.p.), respectivamente.

Quadro 1: Indicadores Orçamentais (PDE)

Em percentagem do PIB

	2004	2005	2006	2007
Saldo Global				
1. Notificação de Março de 2008	-3.4	-6.1	-3.9	-2.6
2. Notificação de Outubro de 2007	-3.4	-6.1	-3.9	-3.0
Diferença (1-2)	0.0	0.0	0.0	0.4
Saldo Primário				
1. Notificação de Março de 2008	-0.7	-3.5	-1.1	0.2
2. Notificação de Outubro de 2007	-0.7	-3.5	-1.1	-0.1
Diferença (1-2)	0.0	0.0	0.0	0.3
Dívida Pública				
1. Notificação de Março de 2008	58.3	63.6	64.7	63.6
2. Notificação de Outubro de 2007	58.3	63.7	64.8	64.4
Diferença (1-2)	0.0	-0.1	-0.1	-0.8

Fonte: INE – Notificação do Procedimento dos Défices Excessivos de 16 de Outubro de 2007 e de 26 Março de 2008.

A redução no rácio da dívida em relação ao PIB verificada também nos anos de 2005 e 2006 face ao apresentado na notificação de Outubro de 2007 prende-se com o apuramento das contas nacionais definitivas para 2005 e consequente revisão do PIB a partir desse ano.

Os resultados alcançados, mais favoráveis do que o previsto, possibilitaram que o valor do défice orçamental se situasse, em 2007, abaixo do valor de referência no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento (3%), um ano antes do definido pelo Governo na trajectória de correcção da situação de défices excessivos. O saldo primário foi já positivo neste ano, o que não sucedia desde 2002.

Analisando a evolução da conta das Administrações Públicas, constata-se que a redução do défice orçamental em 3,5 p.p. do PIB entre 2005 e 2007 resultou dos contributos de aumento da receita (1,5 p.p.) e, em maior grau, da redução da despesa (2,0 p.p.). Excluindo o efeito da evolução da despesa com juros, a despesa primária reduziu-se em 2,2 p.p. do PIB nestes dois anos (Quadro 2).

Quadro 2: Conta das Administrações Públicas

Óptica de Contabilidade Nacional (PDE)

Em percentagem do PIB

	2004	2005	2006	2007
Receita Total	43.1	41.6	42.4	43.1
Receita Corrente	39.6	40.1	41.3	42.2
Receita Fiscal	22.7	23.4	24.3	24.8
Receita Contributiva	12.2	12.5	12.5	12.7
Outras receita correntes	4.7	4.1	4.6	4.7
Receita de Capital	3.6	1.4	1.1	0.9
Despesa Total	46.5	47.7	46.3	45.7
Despesa Corrente	42.0	43.4	42.9	42.3
Despesas com pessoal	14.1	14.4	13.6	12.9
Prestações Sociais	17.6	18.5	18.8	19.2
Juros (PDE)	2.7	2.6	2.8	2.8
Outras despesas correntes	7.6	7.9	7.7	7.3
Despesa de Capital	4.5	4.3	3.4	3.5
Saldo Global	-3.4	-6.1	-3.9	-2.6
Saldo Primário	-0.7	-3.5	-1.1	0.2
<i>Por memória:</i>				
Despesa Total Primária	43.8	45.1	43.6	42.9
Despesa Corrente Primária	39.3	40.8	40.2	39.4

Fonte: INE – Notificação do Procedimento dos Défices Excessivos de 16 de Outubro de 2007 e de 26 Março de 2008

No conjunto da União Europeia e, de forma mais notória, na área do euro, registou-se uma melhoria da situação orçamental em 2007 comparativamente a 2006. De facto, o défice orçamental na União Europeia decresceu de 1,4% do PIB, em 2006, para 0,9%, em 2007, e, na área euro, de 1,3% para 0,6% do PIB (Quadro 3). A dívida pública diminuiu, na União Europeia, de 61,2% para 58,7% do PIB e, na área do euro, de 68,4% para 66,3% do PIB, no mesmo período.

No contexto da área do euro, a generalidade dos países registou uma melhoria da sua posição orçamental em 2007 comparativamente a 2006. Os valores dos saldos orçamentais para 2007 foram revistos positivamente na maioria dos Estados-membros, face à estimativa anterior constante nos programas de estabilidade. Os maiores défices orçamentais em percentagem do PIB foram registados na Grécia (-2,8%), França (-2,7%) e Portugal (-2,6%), embora Portugal tenha registado uma melhoria significativa da sua situação orçamental ao contrário dos outros dois Estados-membros. Cinco outros países ainda apresentam situações deficitárias, enquanto os restantes sete Estados-membros da área euro registaram um excedente ou equilíbrio orçamental (especificamente, Finlândia, Chipre, Luxemburgo, Espanha, Países Baixos, Irlanda e Alemanha).

Relativamente ao rácio da dívida pública, a maioria dos países da área euro registaram decréscimos em relação ao ano anterior; no entanto, sete Estados-membros registaram rácios

da dívida superiores a 60% do PIB em 2007: Itália, Grécia, Bélgica, Alemanha, França, Portugal e Malta.

Quadro 3: Saldo Orçamental e Dívida Pública na União Europeia

Em percentagem do PIB

	Saldo Orçamental				Dívida Pública			
	2004	2005	2006	2007	2004	2005	2006	2007
União Europeia	-2,8	-2,5	-1,4	-0,9	62,0	62,6	61,2	58,7
Área do euro	-2,9	-2,5	-1,3	-0,6	69,5	70,1	68,4	66,3
Bélgica	0,0	-2,3	0,3	-0,2	94,2	92,1	88,2	84,9
Alemanha	-3,8	-3,4	-1,6	0,0	65,6	67,8	67,6	65,0
Irlanda	1,4	1,6	3,0	0,3	29,5	27,4	25,1	25,4
Grécia	-7,4	-5,1	-2,6	-2,8	98,6	98,0	95,3	94,5
Espanha	-0,3	1,0	1,8	2,2	46,2	43,0	39,7	36,2
França	-3,6	-2,9	-2,4	-2,7	64,9	66,4	63,6	64,2
Itália	-3,5	-4,2	-3,4	-1,9	103,8	105,8	106,5	104,0
Chipre	-4,1	-2,4	-1,2	3,3	70,2	69,1	64,8	59,8
Luxemburgo	-1,2	-0,1	1,3	2,9	6,3	6,1	6,6	6,8
Malta	-4,6	-3,0	-2,6	-1,8	72,6	70,4	64,2	62,6
Países Baixos	-1,7	-0,3	0,5	0,4	52,4	52,3	47,9	45,4
Áustria	-3,7	-1,5	-1,5	-0,5	63,8	63,5	61,8	59,1
Portugal	-3,4	-6,1	-3,9	-2,6	58,3	63,6	64,7	63,6
Eslovénia	-2,3	-1,5	-1,2	-0,1	27,6	27,5	27,2	24,1
Finlândia	2,4	2,9	4,1	5,3	44,1	41,3	39,2	35,4
Bulgária	1,4	1,8	3,0	3,4	37,9	29,2	22,7	18,2
República Checa	-3,0	-3,6	-2,7	-1,6	30,4	29,7	29,4	28,7
Dinamarca	1,9	5,0	4,8	4,4	43,8	36,4	30,4	26,0
Estónia	1,6	1,8	3,4	2,8	5,1	4,5	4,2	3,4
Letónia	-1,0	-0,4	-0,2	0,0	14,9	12,4	10,7	9,7
Lituania	-1,5	-0,5	-0,5	-1,2	19,4	18,6	18,2	17,3
Hungria	-6,5	-7,8	-9,2	-5,5	59,4	61,6	65,6	66,0
Polónia	-5,7	-4,3	-3,8	-2,0	45,7	47,1	47,6	45,2
Roménia	-1,2	-1,2	-2,2	-2,5	18,8	15,8	12,4	13,0
Eslováquia	-2,4	-2,8	-3,6	-2,2	41,4	34,2	30,4	29,4
Suécia	0,8	2,2	2,3	3,5	51,2	50,9	45,9	40,6
Reino Unido (a)	-3,4	-3,4	-2,6	-2,9	40,4	42,1	43,1	43,8

Fonte: Eurostat, Euro-indicators, 18 de Abril de 2008.

Nota: (a) Os valores para o Reino Unido referem-se ao ano fiscal (1 de Abril do ano X a 31 de Março do ano X+1)

Previsões Macroeconómicas do FMI – Primavera de 2008

O FMI divulgou, em Abril, novas projecções macroeconómicas para 2008 e 2009. Face às previsões de Outono, o crescimento do PIB em 2008 foi revisto em baixa para a generalidade dos países, com destaque para a revisão acentuada dos EUA, Itália e Espanha. No entanto, foram revistas em alta as previsões de crescimento para a Rússia, alguns países asiáticos em desenvolvimento, Médio Oriente e América Latina.

As previsões apontam para o abrandamento da economia mundial em 2008 e 2009, tendência especialmente significativa para as economias avançadas, realçando-se a forte desaceleração do crescimento dos EUA, em resultado do impacto da recente crise do mercado hipotecário. Ainda de acordo com as mesmas previsões, a economia europeia também deverá apresentar uma forte desaceleração após ter registado o crescimento médio de 3,2% no conjunto dos anos de 2006 e 2007 e as economias emergentes e em desenvolvimento deverão manter um crescimento robusto, embora mais moderado.

	PIB				Desvios face a Outono de 2007	
	PIB a preços constantes (variação anual em %)				em p.p.	
	2006	2007	2008	2009	2007	2008
Alemanha	2,9	2,5	1,4	1,0	0,1	-0,6
França	2,0	1,9	1,4	1,2	0,0	-0,8
Itália	1,8	1,5	0,3	0,3	-0,2	-1,0
Espanha	3,9	3,8	1,8	1,7	0,1	-1,0
Portugal	1,3	1,9	1,3	1,4	0,1	-0,5
Reino Unido	2,9	3,1	1,6	1,6	0,0	-0,7
Área do Euro (AE-15)	2,8	2,6	1,4	1,2	0,1	-0,7
União Europeia (UE-27)	3,3	3,1	1,8	1,7	0,1	-0,7
EUA	2,9	2,2	0,5	0,6	0,3	-1,4
Japão	2,4	2,1	1,4	1,5	0,1	-0,3
China	11,1	11,4	9,3	9,5	0,1	-0,7
Índia	9,7	9,2	7,9	8,0	0,3	-0,5
Economia Mundial	5,0	4,9	3,7	3,8	-0,3	-1,1

Fonte: FMI, *World Economic Outlook*, Abril 2008.

A taxa de inflação deverá subir na generalidade dos países, tendência que se deve acentuar nas economias emergentes para o horizonte de projecção, devido à continuação dos preços do petróleo a níveis elevados e ao prosseguimento da aceleração dos preços dos produtos alimentares para 18,2% em 2008 (o valor mais elevado das últimas três décadas).

Índice de Preços no Consumidor

	Índice de Preços no Consumidor* (variação anual em %)				Desvios face a Outono de 2007 em p.p.	
	2006	2007	2008	2009	2007	2008
Alemanha	1,8	2,3	2,5	1,6	0,2	0,7
França	1,9	1,6	2,5	1,7	0,0	0,7
Itália	2,2	2,0	2,5	1,9	0,1	0,6
Espanha	3,6	2,8	4,0	3,0	0,3	1,2
Portugal	3,0	2,4	2,4	2,0	-0,1	0,0
Reino Unido	2,3	2,3	2,5	2,1	-0,1	0,5
Área do Euro (AE-15)	2,2	2,1	2,8	1,9	0,1	0,8
União Europeia (UE-27)	2,3	2,4	3,1	2,2	0,1	0,8
EUA	3,2	2,9	3,0	2,0	0,2	0,7
Japão	0,3	0,0	0,6	1,3	0,0	0,1
Economias avançadas	2,4	2,2	2,6	2,0	0,1	0,6
<i>em memória:</i>						
Preço médio do petróleo Brent (USD/bbl)	64,27	70,95	95,5	94,5	2,43	20,5
Preço das matérias primas excl. petróleo 8 taxa de variação	23,2	14,0	7,0	-4,9	1,8	13,7

Fonte: FMI, *World Economic Outlook*, Abril 2008. * IHPC para os países da UE.

O euro continuará a apreciar-se face às principais divisas internacionais, previsto situar-se em 1,48 face ao dólar, em média, nos anos 2008 e 2009 (1,37 em 2007) e as taxas de juro de curto prazo deverão diminuir face a 2007 tanto na área do euro como nos EUA.

Nova versão dos dados do Comércio Internacional para 2007

O Instituto Nacional de Estatística divulgou recentemente uma segunda versão dos dados do Comércio Internacional para 2007, que alteram sensivelmente os resultados divulgados no mês anterior.

De acordo com a nova versão, em 2007 as saídas de mercadorias (comércio intra+Extra UE) cresceram, em termos homólogos, a um ritmo ainda superior ao das entradas (+8,8% contra +7,4%) (Quadro 1).

Quadro 1. Evolução da Balança Comercial

Janeiro a Dezembro de 2007 (segunda versão)

Intra + Extra UE (milhões de Euros)	2006	2007	VH
Saídas (fob)	34 511	37 544	8.8
Entradas (cif)	53 100	57 014	7.4
(fob)	50 621	54 352	7.4
Saldo (fob-cif)	- 18 589	- 19 470	4.7
(fob-fob)	- 16 109	- 16 807	4.3
Cobertura (fob/cif)	65.0	65.9	-
(fob/fob)	68.2	69.1	-
Sem energéticos:			
Saídas (fob)	32 623	35 866	9.9
Entradas (cif)	44 997	49 038	9.0
(fob)	42 896	46 748	9.0
Saldo (fob-cif)	-12 374	-13 172	6.4
(fob-fob)	-10 272	-10 882	5.9
Cobertura (fob/cif)	72.5	73.1	-
(fob/fob)	76.1	76.7	-

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2006 e 2007 - 2ª versão do ano.

O grau de cobertura (Fob/Cif) das entradas pelas saídas de mercadorias subiu 0,9 pontos percentuais, ao passar de 68,2% para 69,1%.

Excluindo os produtos energéticos, as saídas cresceram 9,9% em termos homólogos, tendo as entradas aumentado 9,0%.

Quadro 2. Evolução Mensal e Trimestral

Janeiro a Dezembro de 2007 (segunda versão)

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	ENTRADA (Cif)			SAÍDA (Fob)		
	2006	2007	Tx Var	2006	2007	Tx Var
Janeiro	4 042	4 410	9.1	2 630	3 090	17.5
Fevereiro	4 134	4 222	2.1	2 586	2 959	14.4
Março	4 901	4 903	0.0	3 151	3 447	9.4
Abril	4 101	4 551	11.0	2 531	2 948	16.5
Mai	4 698	5 019	6.8	3 108	3 289	5.8
Junho	4 692	4 805	2.4	3 094	3 348	8.2
Julho	4 468	4 867	8.9	3 073	3 421	11.3
Agosto	3 913	4 212	7.6	2 370	2 434	2.7
Setembro	4 531	4 776	5.4	3 010	3 128	3.9
Outubro	4 816	5 308	10.2	3 111	3 411	9.7
Novembro	4 606	5 313	15.4	3 213	3 360	4.6
Dezembro	4 198	4 629	10.3	2 634	2 708	2.8
1º Trimestre	13 077	13 535	3.5	8 367	9 497	13.5
2º Trimestre	13 491	14 375	6.6	8 733	9 585	9.8
3º Trimestre	12 912	13 855	7.3	8 453	8 984	6.3
4º Trimestre	13 621	15 250	12.0	8 958	9 479	5.8

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2006 e 2007 - 2ª versão do ano; 2008 - versão implícita na versão preliminar do período de Janeiro a Fevereiro.

Ao longo dos quatro trimestres de 2007, assistiu-se a uma desaceleração do crescimento em valor das saídas, a par de um aumento progressivo do ritmo de crescimento das entradas (Quadro 2).

Quadro 3. Saídas* de Mercadorias por Grupos de Produtos

Janeiro a Dezembro de 2007 (segunda versão)

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	Jan-Dez		Anual		Jan-Dez		média anual	Jan-Dez		
	2006	2007	2001	2006**	2006	2007		VH	contributos [1]	
							p.p.		%	
TOTAL DAS SAÍDAS	34 511	37 544	100.0	100.0	100.0	100.0	4.6	8.8	8.8	100.0
000 Agro-Alimentares	3 009	3 547	7.3	8.6	8.7	9.4	8.2	17.9	1.6	17.7
100 Energéticos	1 888	1 678	1.9	5.6	5.5	4.5	30.1	-11.1	-0.6	-6.9
200 Químicos	3 561	4 044	7.4	10.5	10.3	10.8	12.0	13.6	1.4	15.9
300 Madeira, Cortiça e Papel	3 011	3 293	9.7	8.8	8.7	8.8	2.6	9.4	0.8	9.3
400 Peles, Couros e Têxteis	1 743	1 806	7.9	5.0	5.0	4.8	-4.7	3.6	0.2	2.1
500 Vestuário e Calçado	3 778	3 959	17.7	10.7	10.9	10.5	-5.4	4.8	0.5	5.9
600 Minérios e Metais	3 557	4 052	6.1	10.3	10.3	10.8	16.3	13.9	1.4	16.3
700 Máquinas	6 838	7 431	19.4	19.9	19.8	19.8	5.1	8.7	1.7	19.5
800 Material de Transporte	4 560	4 787	15.7	13.4	13.2	12.8	1.2	5.0	0.7	7.5
900 Produtos Acabados Diversos	2 566	2 947	7.0	7.2	7.4	7.8	5.2	14.8	1.1	12.6
Por memória:										
Total sem energéticos	32 623	35 866	98.1	94.4	94.5	95.5	3.8	9.9	9.4	106.9

* Somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros.

** O ano 2006, aqui considerado, não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2001.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2006 e 2007 - 2ª versão do ano.

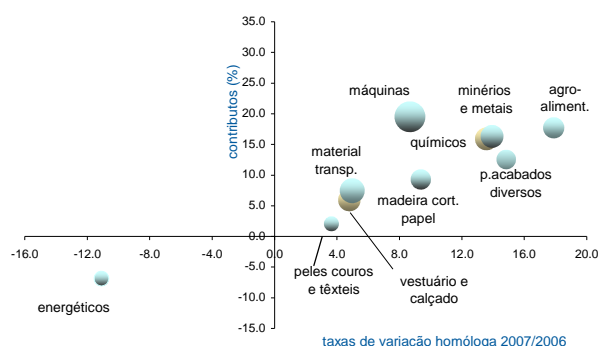
Em 2007, a taxa de crescimento das saídas foi consideravelmente superior à taxa média de crescimento anual dos cinco anos anteriores (+4,6%).

Verificaram-se aumentos a dois dígitos nas saídas dos grupos “Agro-Alimentares” (+17,9%), “Produtos Acabados Diversos” (+14,8%), “Minérios e Metais” (+13,9%) e “Químicos” (+13,6%) (Quadro 3).

O único grupo em que se verificou uma variação negativa foi o dos “Energéticos” (-11,1%) (Quadro 3).

Figura 1. Contributos para o crescimento das saídas por Grupos de Produtos (%)

Janeiro a Dezembro de 2007 (segunda versão)



Nota: A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das saídas no período em análise.
Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2006 e 2007 - 2ª versão do ano.

De assinalar que as saídas dos grupos “Peles, Couros e Têxteis” e “Vestuário e Calçado”, que nos cinco anos anteriores haviam decrescido à taxa média anual respectivamente de -4,7% e -5,4%, aumentaram em 2007, face ao ano anterior, às taxas de +3,6% e +4,8%.

Ponderando os pesos no total, os maiores contributos para o crescimento das saídas de mercadorias em 2007 couberam aos grupos “Máquinas” (19,5%), “Agro-Alimentares” (17,7%), “Minérios e Metais” (16,3%), “Químicos” (15,9%), e “Produtos Acabados Diversos” (12,6%) (Figura 1).

Em 2007, as expedições para o espaço comunitário aumentaram 8,8% em termos homólogos, e as exportações para os países terceiros cresceram 12%. De assinalar, no comércio extracomunitário, os fortes crescimentos das exportações para a Malásia, Japão e Angola (Quadro 4).

Informação mais completa e detalhada pode ser encontrada na publicação “SECI-Síntese Estatística do Comércio Internacional” :

www.gee.min-economia.pt

Quadro 4. Evolução das Saídas* de mercadorias com destino a uma selecção de mercados

Janeiro a Dezembro de 2007 (segunda versão)

Intra + Extra-UE (Fob)

valores em milhões de euros

Destino	Jan-Dez		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	2006	2007	anual		Jan-Dez		média anual 01-06*	Jan-Dez		
			2001	2006*	2006	2007		VH	contributos [2]	
								p.p.	%	
TOTAL	34 511	37 544	100.0	100.0	100.0	100.0	4.6	8.8	8.8	100.0
Intra UE-27	26 722	28 820	81.2	76.7	77.4	76.8	3.4	7.8	6.1	69.1
Espanha	9 459	10 646	19.3	27.2	27.4	28.4	11.9	12.5	3.4	39.1
Alemanha	4 523	4 895	19.0	13.2	13.1	13.0	-2.7	8.2	1.1	12.2
França	4 268	4 743	12.7	12.3	12.4	12.6	3.9	11.1	1.4	15.7
R.Unido	2 433	2 253	10.2	6.9	7.1	6.0	-3.5	-7.4	-0.5	-5.9
Itália	1 415	1 551	4.4	4.0	4.1	4.1	2.5	9.6	0.4	4.5
P.Baixos	1 288	1 272	4.1	3.7	3.7	3.4	2.8	-1.3	0.0	-0.5
Bélgica	1 085	967	5.3	3.2	3.1	2.6	-5.6	-10.9	-0.3	-3.9
Extra UE-27	7 789	8 725	18.8	23.3	22.6	23.2	9.2	12.0	2.7	30.9
EUA	2 105	1 784	5.7	6.3	6.1	4.8	6.5	-15.3	-0.9	-10.6
Angola	1 210	1 680	1.9	3.6	3.5	4.5	19.2	38.8	1.4	15.5
Singapura	700	707	0.3	2.1	2.0	1.9	51.9	1.0	0.0	0.2
Malásia	85	400	0.1	0.3	0.2	1.1	33.3	370.4	0.9	10.4
Japão	109	296	0.4	0.3	0.3	0.8	0.0	171.4	0.5	6.2
Brasil	255	259	0.8	0.8	0.7	0.7	2.5	1.6	0.0	0.1
China	214	181	0.2	0.6	0.6	0.5	28.9	-15.3	-0.1	-1.1
Rússia	108	143	0.1	0.3	0.3	0.4	36.7	32.4	0.1	1.2

Por memória:

PALOP	1 529	2 062	2.8	4.5	4.4	5.5	15.5	34.9	1.5	17.6
EFTA	393	374	2.2	1.2	1.1	1.0	-7.9	-4.8	-0.1	-0.6

* O ano de 2006 na estrutura anual e na média anual 2001-2006 não inclui estimativas abaixo do limiar e das não-respostas para ser comparável com [2] Contributos p/ taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2006 e 2007 - 2ª versão do ano.

Artigos

Em Análise:

Utilização de Informação sobre Performance no Sector Público - tendências recentes

Conceição Amaral *

Ana Carneiro *

Nos últimos anos tem-se assistido a uma crescente utilização de informação sobre performance¹, em linha com a implementação de reformas que introduzem características de gestão orientada por objectivos no sector público. É reconhecido que a correcta utilização de informação sobre performance é um factor crítico para a melhoria do desempenho do sector público e para a obtenção de ganhos de eficiência e eficácia da despesa pública. Neste artigo descrevem-se as tendências recentes no uso de informação sobre performance nos principais países da OCDE e em Portugal.

Tendências recentes nos principais países da OCDE

Na década de 90, assistiu-se, na generalidade dos países da OCDE, e a par de importantes reformas estruturais tendo em vista melhorar o controlo da despesa pública e/ou a eficiência do sector público, a um ressurgimento do interesse na utilização de informação sobre performance quer para efeitos de avaliação do desempenho de organismos, programas ou políticas públicas quer para efeitos de elaboração do processo orçamental. A orçamentação por programas é uma das formas da abordagem orçamental baseada na informação sobre performance que, ao contrário da abordagem tradicional, focalizada nos *inputs* (que montante orçamental é possível obter?), coloca a ênfase nos resultados de *outputs* e *outcomes* (que resultados é possível alcançar com os recursos afectos?).

Os principais *drivers* na implementação desta abordagem enquadram-se, em termos gerais, nas seguintes preocupações:

- reforçar o controlo e melhoria da eficiência da despesa pública;
- maior ênfase na orientação para resultados e melhoria dos serviços prestados pelo sector público;
- aumentar a *accountability* (prestação de contas), nomeadamente perante a Assembleia da República e os cidadãos em geral, sobre a afectação de recursos e os resultados sobre performance dos serviços, programas ou políticas públicas.
- melhorar a relação custo-eficácia.

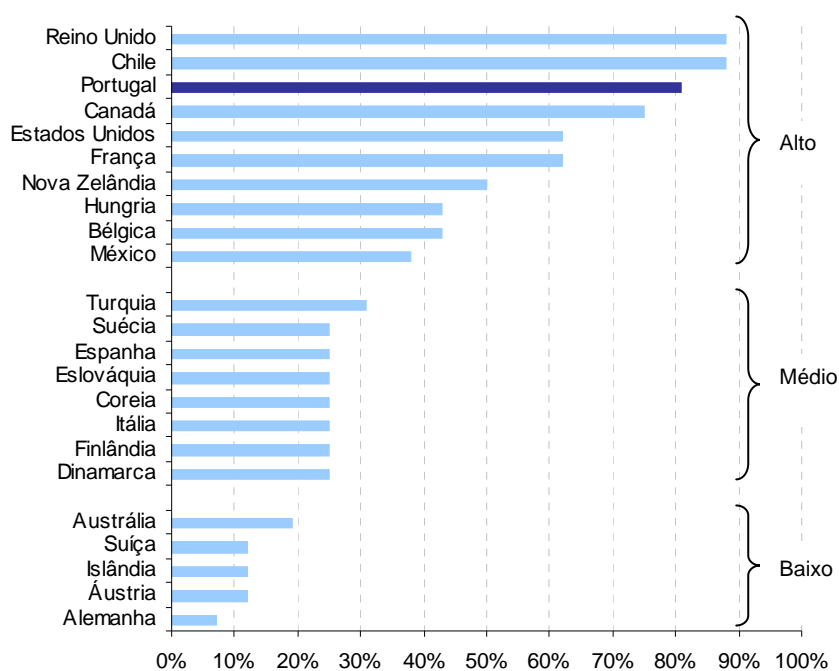
De acordo com a OCDE (2007), cerca de 2/3 dos países da OCDE incorporam actualmente informação sobre performance nos documentos orçamentais. No entanto, não existe um modelo único que relacione

* Colaboradoras do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do MFAP.

¹ Informação, de carácter financeiro ou não financeiro, que permite aferir o desempenho de uma organização/programa/política face aos resultados esperados.

a informação sobre performance e a afectação de recursos. Mesmo quando os países adoptam modelos semelhantes o que se verifica na prática é uma adaptação das abordagens ao contexto político e institucional, cultura e prioridades nacionais (Quadro 1, em anexo), o que explica, por exemplo, a adopção de uma abordagem *top-down* versus *bottom-up*, estando o 1º caso normalmente associado a um maior envolvimento do Ministério das Finanças (Figura 1), resultando numa abordagem mais centralizada, onde o ministério desempenha um papel determinante no desenvolvimento, implementação e monitorização do sistema de performance no sector público.

Figura 1. Grau de envolvimento do Ministério das Finanças na implementação do sistema sobre performance no sector público



Fonte: OCDE, *Survey on Performance Information in the Budget Process*, 2005.

Verifica-se também que, não obstante a prática generalizada de utilização de informação sobre performance e os benefícios da abordagem reconhecidos pelos países analisados no estudo da OCDE, são muito poucos os países que apresentam uma relação directa entre informação sobre performance e orçamento. Esta relação, quando existe, está normalmente confinada a áreas específicas: saúde, educação, justiça. Esta situação está, em grande medida, relacionada com as dificuldades na medição da performance e na obtenção de métricas para os resultados de *outcomes*. Todavia, a tendência que se observa é no sentido de os países melhorarem as suas abordagens (recentemente, destacam-se os casos da Dinamarca, Países Baixos, Suécia, Austrália e Canadá) e não abandoná-las.

Os defensores da abordagem destacam que a utilização de informação sobre performance pode contribuir para aumentar a eficácia e eficiência do sector público. Todavia, e segundo a OCDE (2007), não existe evidência que suporte a tese de que a incorporação de informação sobre performance no processo orçamental tenha um impacto directo na disciplina orçamental.

Situação em Portugal

No âmbito da implementação das reformas na Administração Pública, e acompanhando a tendência comum à generalidade dos restantes países da OCDE, tem-se assistido em Portugal a uma crescente e abrangente utilização de informação sobre performance no sector público. O sector empresarial público na saúde é um dos exemplos de boas práticas nesta área (www.hospitalsepe.min-saude.pt).

Mais recentemente, a criação de um novo modelo de organização da Administração Pública, assente numa cultura de gestão por objectivos, visando:

- melhor qualidade na prestação de serviços públicos;
- maior eficiência e eficácia no uso dos recursos disponíveis

traduziu-se, nomeadamente, na criação de instrumentos de monitorização da performance dos serviços públicos, dos quais se destaca o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR)², com a finalidade de promover uma cultura de avaliação e transparência, com publicitação dos objectivos e resultados alcançados pelos serviços e respectivo alinhamento com os objectivos estratégicos das políticas públicas. Em 2008, os primeiros QUAR passaram a estar disponíveis ao público, podendo alguns exemplos ser consultados em www.quar.gov.pt.

No contexto orçamental, o enquadramento legal existente contempla a passagem progressiva para a orçamentação por programas. A Constituição (n.º 3 do art.º 105º) consagra a possibilidade do Orçamento do Estado ser estruturado por programas. Esta possibilidade é também referida no n.º 1 do art.º 15º da Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto). Finalmente, o art.º 105º da Lei do Orçamento do Estado para 2006 (Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro) estabelece a apresentação do orçamento por programas, pelo menos na proposta de Orçamento do Estado para 2010.

No âmbito da futura implementação do Orçamento do Estado por Programas, foram dados os seguintes passos:

- em 2006: o Governo submeteu à Assembleia da República um plano de trabalhos calendarizado, visando concretizar o objectivo de estruturar a proposta de Orçamento do Estado por programas.
- em 2007: foi criada a Comissão para a Orçamentação por Programas (COP) (Despacho n.º 3858-A/2007, de 1 de Março). Em Maio, a COP apresentou um relatório intercalar com um ponto de situação dos respectivos trabalhos.
- em 2008: foi criado o Grupo de Trabalho para a implementação Piloto da Orçamentação por Programas com o objectivo específico de preparar os programas piloto que constarão do Orçamento do Estado para 2009. (Despacho n.º 4639/2008, de 21 de Fevereiro).

Considerações finais

A utilização generalizada de informação sobre performance no sector público é um processo recente em Portugal e tem como principais objectivos melhorar a qualidade do serviço prestado pelos organismos

² Lei n.º 66-B, de 28 de Dezembro de 2007.

públicos e contribuir para a melhoria da eficiência e eficácia da despesa pública. As experiências internacionais poderão constituir uma fonte de boas práticas a seguir nesta matéria sendo que não existe um modelo único a seguir pelos diferentes países; pelo contrário, a abordagem a seguir na utilização de informação sobre performance deverá ser adaptada ao contexto político e institucional de cada país e encarada como um processo de aprendizagem.

Referências:

Comissão para a Orçamentação por Programas (2007), Relatório Intercalar, Ministério das Finanças e da Administração Pública, Maio.

Lonti, Z. and M.Woods (2008), "Towards Government at a Glance: Identification of Core Data and Issues related to Public Sector Efficiency", *OECD Working Papers on Public Governance*, N.º 7, OECD Publishing. [doi: 10.1787/245570167540](https://doi.org/10.1787/245570167540)

OECD (2007), "Performance Budgeting in OECD Countries", *September*.

Anexo

Quadro 1. Utilização de informação sobre performance no sector público de alguns países da OCDE

	Estratégia de Implementação		Âmbito de aplicação ao sector público		Resumo das principais iniciativas
	<i>Top-down</i>	<i>Bottom-up</i>	Abrangente	Parcial	
Austrália		X	X		Meados da década de 90: introduzido o sistema de performance que vigora actualmente, tendo sofrido várias adaptações desde então. A informação sobre performance é usada para decisões orçamentais através dos <i>expenditure and programme reviews</i> . Em 2006, o governo reviu este exercício, atribuindo ao Ministério das Finanças um papel mais interveniente na coordenação dos programas.
Canadá	X		X		A utilização de informação sobre performance no Canadá remonta aos finais da década de 70. Nos últimos 30 anos essa informação tem sido usada quer para propósitos de <i>accountability</i> perante o Parlamento quer para suportar decisões orçamentais do Governo. As iniciativas mais recentes visam alcançar uma maior ligação entre outcomes e recursos. Os principais documentos de reporte da performance são: <i>RPPs - Reports on Plans and Priorities</i> ; <i>DPRs - Departmental Performance Reports</i> ; <i>Canada's Performance</i> .
Dinamarca		X		X	Década de 80 e início da década de 90: em 1993 foi implementado um sistema baseado nos contratos-performance onde os organismos de cada ministério contratualizam os objectivos a alcançar anualmente. Os relatórios de performance, inicialmente elaborados numa base voluntária, tornaram-se obrigatórios a partir de 1997. A relação directa entre performance e orçamento é aplicada apenas nos sectores da saúde e educação superior. Mais recentemente (desde 2004), destaca-se a iniciativa para implementar uma contabilidade na óptica <i>accrual</i> , no subsector Estado.
Coreia	X			X	Final da década de 90: o governo aprovou um importante pacote de reformas orçamentais, destacando-se a introdução de uma abordagem plurianual da despesa pública e de um sistema de gestão da performance. Em 2005, e baseado na iniciativa PART dos EUA, foi introduzido o <i>Self-Assessment of the Budgetary Programme</i> , para avaliar os programas orçamentais.
Suécia		X		X	A gestão por objectivos foi introduzida na Administração Pública nos finais da década de 80, existindo uma forte ligação entre gestão da performance e o processo orçamental. Todavia, a informação sobre performance tem revelado uma utilidade limitada quer para fins de controlo orçamental quer para melhoria do serviço público prestado, tendo-se assistido nos últimos anos a várias iniciativas com o objectivo de tentar tirar maior proveito desta informação.
Reino Unido	X		X		A utilização de informação sobre performance remonta a 1998 com a introdução do <i>spending review exercise</i> . Trata-se de um exercício bianual, que tem vindo a sofrer consecutivos melhoramentos, cujo objectivo é garantir a melhor afectação do dinheiro público e melhorar a eficiência dos serviços públicos bem como a qualidade do serviço prestado, através do <i>Public Service Agreement (PSA)</i> .
Estados Unidos (EUA)	X		X		Em 1993 foi introduzido o <i>Government Performance and Results Act (GPRA)</i> segundo o qual os organismos se comprometiam a elaborar planos estratégicos e relatórios anuais de performance cujos resultados eram posteriormente reportados ao Congresso. A fraca qualidade na definição de objectivos e na utilização de informação sobre performance estiveram na base do insucesso desta iniciativa. Em 2002, foi desenvolvido o <i>Program Assessment Rating Tool (PART)</i> , disponibilizando ao público os resultados da avaliação da gestão e da performance de programas e serviços públicos. Consoante a eficácia demonstrada, o programa/serviço é classificado em "eficaz", "moderadamente eficaz", "adequado", "ineficaz" ou "resultados não demonstrados". Desde então, o número de programas/serviços com classificação positiva tem vindo a aumentar. No entanto, não existe uma relação directa entre a performance e a afectação de recursos financeiros.

Economia dos EUA e Comparação com os períodos de 1990-1991 e 2000-2001

Clara Synek*

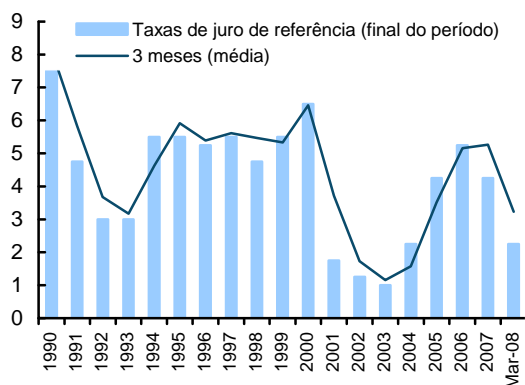
O actual período de abrandamento da economia dos EUA, iniciado em 2007 e previsto acentuar-se no decurso dos anos 2008/2009, resulta fundamentalmente do enfraquecimento do mercado imobiliário provocado pela crise do mercado hipotecário *subprime*, desencadeada no último verão. De acordo com as previsões do FMI, o PIB dos EUA deverá abrandar de 2,2% em 2007 para 0,5% e 0,6%, respectivamente em 2008 e 2009, em resultado da quebra da procura interna proveniente do forte abrandamento do consumo privado e do prosseguimento da diminuição do investimento. Comparando com as fases descendentes dos ciclos anteriores pode-se concluir que o actual momento apresenta maiores semelhanças com o período de recessão da década de 1990 do que com o período de fraqueza da economia no princípio da década de 2000 (desenvolvido no ponto 3).

1. Desenvolvimentos recentes do mercado de habitação

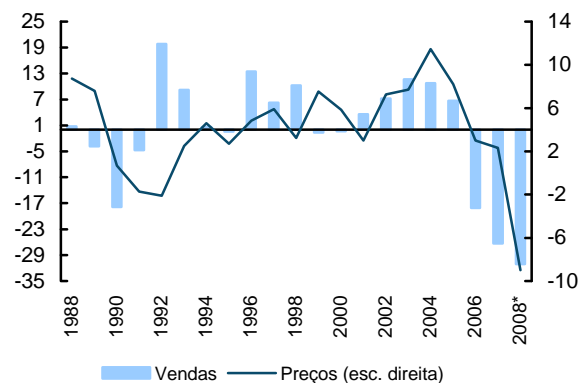
Ao longo dos últimos anos, o forte desenvolvimento do mercado hipotecário nos EUA e as recentes inovações de financiamento imobiliário conduziram ao elevado dinamismo do mercado de habitação, incentivando as famílias na procura deste tipo de investimento, que se traduziu num rápido crescimento dos preços das habitações (Gráfico 2), sobretudo a partir do final da década de 1990. Este facto contribuiu para aumentar a riqueza das famílias, permitindo-lhes aumentar o montante de fundos extraídos através dos créditos hipotecários, proporcionando o estímulo ao consumo privado e a redução da poupança (Gráficos 3 e 10). Igualmente, a política de redução das taxas de juro (Gráfico 1) ocorrida no início da presente década facilitou o acesso das famílias ao crédito hipotecário, tendo contribuído para acentuar o rápido crescimento dos preços das habitações e proporcionar um forte crescimento do investimento residencial (Gráfico 4).

Com efeito, a taxa de juro de referência da Reserva Federal (*Fed Funds*) chegou a descer para 1% em finais de 2003, representando uma diminuição de 550p.b. face ao final de 2000 (6,5%). Em termos acumulados, entre o início de 1997 e finais de 2005, as vendas de habitações novas cresceram 60% e os respectivos preços subiram 69% (Gráficos 1 e 2).

* Técnica superior do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do MFAP.

Gráfico 1 – Taxas de Juro de Curto Prazo
(em %)

Fonte: Reserva Federal dos EUA.

Gráfico 2 – Vendas e Preços de Habitações Novas
(taxa de variação homóloga, em %)

Fonte: *Bureau of Economic Analysis*. * Média de Janeiro e Fevereiro.

A partir de 2004 e até 2006, a política monetária americana inverteu-se, tornando-se mais restritiva, dando início a um período de subida das taxas de juro com vista a atenuar os efeitos decorrentes do crescimento excessivo da procura interna na aceleração dos preços e na deterioração das contas externas. Este fenómeno deu lugar ao início do período de abrandamento do mercado de habitação que se vive actualmente, tendo sido particularmente acentuado em 2006 e 2007. A avaliação dos riscos de muitos empréstimos concedidos às famílias e o acréscimo de situações de falta de pagamento das respectivas prestações aos Bancos deu lugar ao surgimento da crise do sistema financeiro com repercussões em várias instituições financeiras fora dos EUA. A procura de habitação por parte das famílias começou a diminuir, os preços da habitação reduziram-se e a riqueza das famílias foi atingida.

De facto, as vendas de habitações novas caíram 18% e 26% em termos homólogos, em 2006 e 2007, respectivamente (contra um crescimento médio de 6,6% entre 2000 e 2005), acentuando-se esta tendência em 2008, com uma quebra de 31% em termos homólogos, nos dois primeiros meses. Em linha com estes desenvolvimentos, os preços das habitações novas abrandaram para 2,7%, em média, nos 2 últimos anos (7,2%, em média, entre 2000 e 2005) e, apresentaram uma forte quebra de 9% em termos homólogos, em média, nos dois primeiros meses de 2008 (Gráfico 2).

2. Efeitos do abrandamento do mercado de habitação

Os principais efeitos decorrentes do abrandamento do mercado de habitação abrangem a actividade económica em geral, o nível de confiança dos agentes económicos e o mercado bolsista, destacando-se os seguintes:

- no menor crescimento do consumo privado derivado da diminuição da riqueza das famílias resultante da baixa dos preços de habitação; de maiores acréscimos em encargos financeiros das famílias, fortemente endividadas e de menores ganhos com os mercados bolsistas;
- na quebra do investimento privado devido à existência de condições mais restritivas na concessão do crédito; à perda de resultados obtidos nos mercados bolsistas, especialmente importantes no sector financeiro;

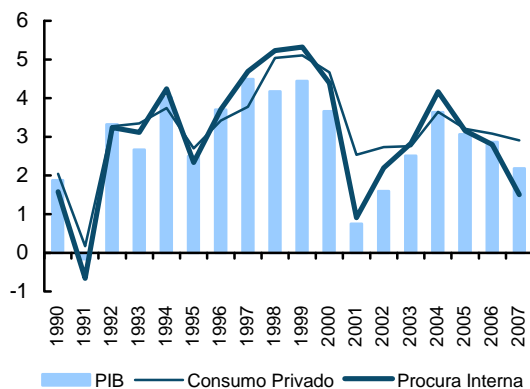
- no menor crescimento da produção e do emprego.

Entre os indicadores já disponíveis sobre a actividade económica norte-americana, pode referir-se que a componente que deu sinais de enfraquecimento mais acentuado diz respeito ao investimento privado (Gráfico 4). De facto, o investimento privado apresentou uma quebra de 2,9% em termos homólogos reais no ano de 2007, tendência que se iniciou no 4º trimestre de 2006. Para esta evolução contribuiu fundamentalmente o comportamento do investimento residencial que diminuiu 17% em termos homólogos reais em 2007 (-4,6% em 2006). O investimento não residencial, que representa 70% do total do investimento privado, registou um abrandamento nos 2 últimos anos, mas ainda não apresentou um resultado negativo, tendo aumentado 5,7% em termos homólogos reais, em média, em 2006 e 2007 (6,4%, em média, nos anos 2004 e 2005), tendo-se, aliás, assistido a um reforço do seu crescimento no 2º semestre de 2007 para 6,1% (3,3% no 1º semestre desse ano).

O consumo privado tem vindo a desacelerar, tendo registado um aumento de 1,8% em termos homólogos reais nos dois primeiros meses de 2008 (2,6% no 4º trimestre de 2007) e as vendas a retalho abrandaram no 1º trimestre do ano, ambos influenciados pela diminuição da riqueza das famílias associadas à quebra dos preços do imobiliário, deterioração do mercado de trabalho e subida da taxa de inflação, esta última resultado da tendência altista do preço do petróleo e das restantes matérias primas não energéticas internacionais (Gráfico 3).

Gráfico 3 – PIB, Procura Interna e Consumo Privado

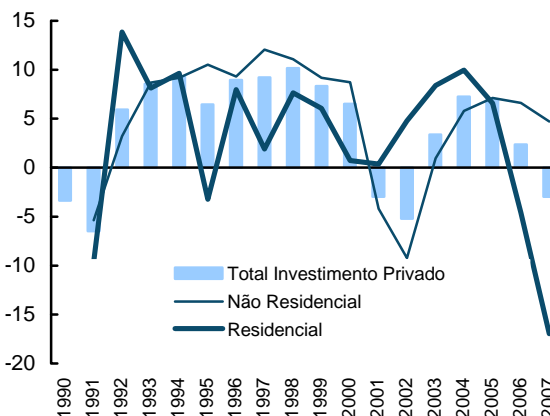
(taxa de variação homóloga real, em %)



Fonte: *Bureau of Economic Analysis*.

Gráfico 4 – Investimento Privado

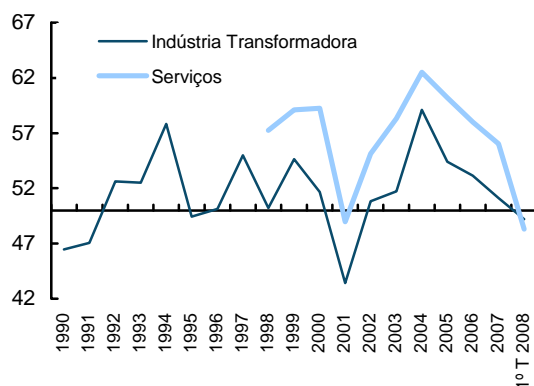
(taxa de variação homóloga real, em %)



Fonte: *Bureau of Economic Analysis*.

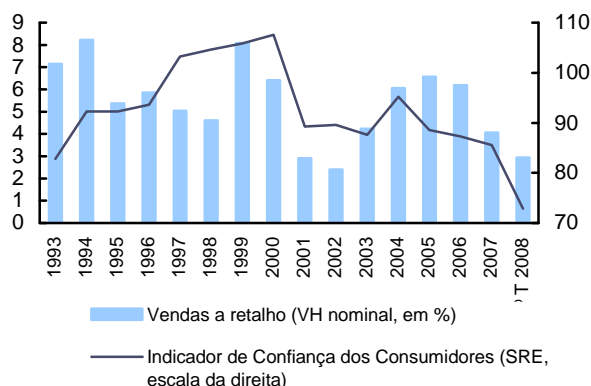
Os indicadores de confiança tanto dos consumidores como dos empresários dos sectores da indústria transformadora e dos serviços registaram uma deterioração significativa no 1º trimestre de 2008, particularmente acentuada nos serviços, que caiu para o nível mais baixo dos últimos 6 anos (Gráficos 5 e 6).

Gráfico 5 – Índices de Confiança na Indústria e Serviços (em %)



Fonte: ISM.

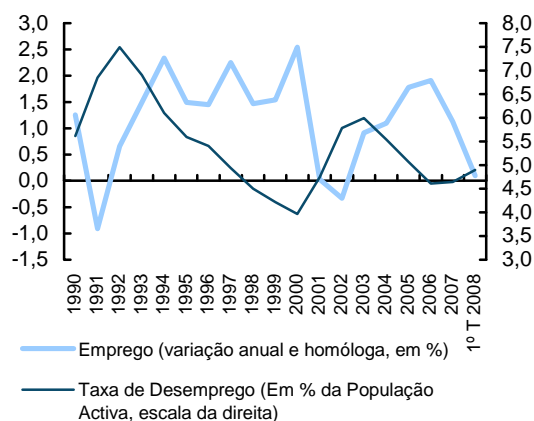
Gráfico 6 – Vendas a Retalho e Confiança dos Consumidores



Fontes: *Bureau of Economic Analysis*; Universidade de Michigan.

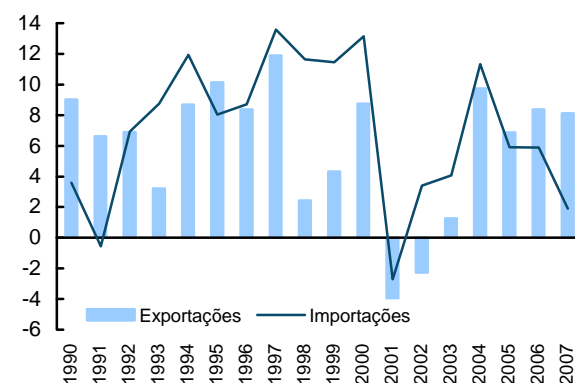
A situação no mercado de trabalho tem vindo a deteriorar-se. De facto, a variação do emprego estabilizou em termos homólogos no 1º trimestre de 2008, mas registou uma quebra em cadeia, de 77 mil, em média mensal (+80 mil no 4º trimestre de 2007), devido sobretudo à deterioração no sector da construção. A taxa de desemprego subiu ligeiramente para 4,9% no 1º trimestre deste ano (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Taxa de Desemprego e Emprego Total



Fonte: *Bureau of Labour Statistics*.

Gráfico 8 – Exportações e Importações
(taxa de variação homóloga real, em %)



Fonte: *Bureau of Economic Analysis*.

É importante referir que as autoridades norte americanas têm vindo a actuar mediante a implementação de uma série de medidas de ordem fiscal e financeira destinadas às empresas e famílias, permitindo-lhes compensar as perdas sofridas com a retração do mercado de habitação, podendo no seu conjunto atenuar os efeitos do enfraquecimento do mercado imobiliário na actividade económica em geral.

As exportações têm mantido um forte crescimento, com um aumento de 8,1% em termos homólogos reais em 2007 (8,4% em 2006), continuando a apresentar uma evolução muito positiva até Fevereiro de 2008, em parte, resultante da melhoria da sua competitividade provocada pela depreciação do dólar (Gráfico 8).

3. Comparação com os ciclos de recessão 1990-1991 e abrandamento económico de 2000-2001

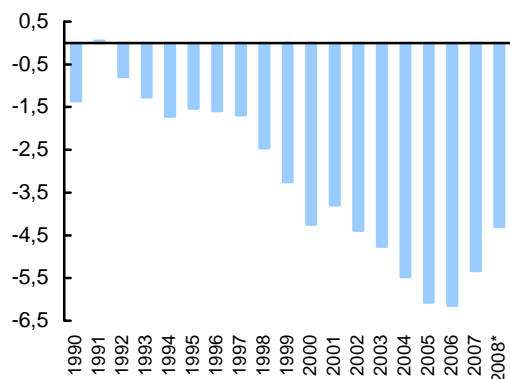
Comparando a actual situação económica dos EUA com os dois períodos de ciclo negativo acima referidos, constata-se que existem factos muito semelhantes aos ocorridos no período de recessão de 1990/91. Com efeito, a crise registada no princípio da década de 90 resultou sobretudo da subida das taxas de juro directoras no início de 1989 e das taxas de juro hipotecárias a meio do ano de 1991 (Gráfico 1) com a finalidade de contrariar a subida da taxa de inflação que se situou, em média, em 5,1% nos anos de 1989 e 1990. Estes factos conduziram à perda de confiança dos consumidores levando ao abrandamento acentuado do consumo privado (que cresceu 0,2% em termos homólogos reais em 1991 contra 2% em 1990) e à quebra do investimento privado, muito acentuado no segmento residencial (com uma quebra em torno dos 10% em 1991), como aliás acontece actualmente, só que de uma forma mais intensa (Gráfico 4).

Também no início dos anos 90 esteve presente uma crise no mercado imobiliário que se traduziu num excesso de oferta de construção neste sector, originando um decréscimo de vendas de habitações novas e uma diminuição dos respectivos preços (Gráfico 2), mas de magnitude inferior ao observado no período actual.

Refira-se que o ritmo de crescimento da procura interna em 1990 (1,6%), ano precedente ao da recessão (-0,7% em 1991), foi muito similar à taxa de variação deste indicador em 2007 (1,5%), estando previsto, pelo FMI, uma quebra de 0,6% para 2008. Contudo, os indicadores disponíveis indiciam que a situação actual do consumo privado apresenta-se mais frágil do que a observada no início da década de 90: o indicador de confiança dos consumidores evidencia uma deterioração mais forte, os níveis da taxa de poupança são significativamente mais baixos (Gráfico 10) e os preços das habitações registam quebras mais acentuadas. Por outro lado, o indicador de confiança da indústria transformadora está a um nível mais elevado.

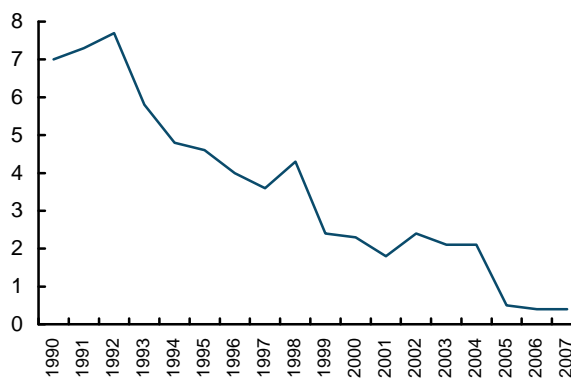
Tal como na situação actual, no início da década de 90, as exportações registaram um crescimento elevado, sobretudo em bens de equipamento, onde se assistiu a uma melhoria da competitividade em termos de custos impulsionada, em parte, pela depreciação do dólar, contribuindo para a melhoria do saldo deficitário das contas externas (tendo o saldo da Balança Corrente em percentagem do PIB sido nulo em 1991, Gráfico 9).

Gráfico 9 – Saldo da Balança Corrente
(em % do PIB)



Fonte: *Bureau of Economic Analysis*. * Previsão do FMI, Abril 2008.

Gráfico 10 – Taxa de Poupança das Famílias
(em % do Rendimento Disponível)



Fonte: *Bureau of Economic Analysis*.

O abrandamento acentuado da economia dos EUA em 2001, tendo o PIB aumentado 0,8% em termos homólogos reais (3,7% em 2000) deu-se fundamentalmente devido aos efeitos decorrentes do aumento do preço do petróleo ocorrido em 1999/2000; à perda de dinamismo do sector das tecnologias de informação e ao aumento da incerteza associados aos ataques terroristas de 11 de Setembro.

Do lado da procura interna, registou-se uma quebra do investimento privado nos anos 2001/2002 proveniente do sector não residencial, contrariamente à situação actual, pelo menos até agora, com destaque para a forte quebra em bens de equipamento e software (tecnologias de informação e comunicação); enquanto o consumo privado manteve um crescimento significativo e o investimento em habitação apresentou um crescimento marginalmente positivo (Gráficos 3 e 4).

Aliás, os consumidores beneficiaram da forte descida das taxas de juro; da aprovação de medidas de redução de impostos (nomeadamente de incentivos à aquisição de veículos) e da continuação do aumento dos preços das habitações (Gráficos 1 e 2).

Do lado das contas externas, assistiu-se a uma evolução desfavorável, tendo as exportações caído nos anos 2001/2002, em grande parte devido à menor procura mundial dirigida ao sector das tecnologias de informação e comunicação e à forte apreciação do dólar. O défice da balança corrente deteriorou-se, prosseguindo esta tendência até 2006. Também neste domínio, a situação desse período foi muito diferente da que vigora actualmente (Gráficos 8 e 9).

Iniciativas e Medidas Legislativas

INICIATIVAS E MEDIDAS LEGISLATIVAS

1. INICIATIVAS

INICIATIVA	SUMÁRIO
<p>Reunião Informal ECOFIN</p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN Informal de 4 e 5 de Abril de 2008 destacam-se os seguintes pontos:</p>
<p>Brdo (Eslovénia), 4 – 5 de Abril de 2008</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="510 459 1359 952"> <p>• Situação económica e financeira internacional: Os Ministros e os Governadores dos Bancos Centrais procederam à avaliação dos principais desenvolvimentos ao nível dos mercados financeiros internacionais. Foram reconhecidos os progressos alcançados em termos de implementação do <i>roadmap</i> acordado em Outubro de 2007. A breve prazo, é solicitada uma maior transparência para os investidores, mercados e reguladores, <i>standards</i> de avaliação melhorados, um reforço do enquadramento prudencial e da gestão do risco no sector financeiro e uma melhoria do funcionamento do mercado, incluindo o papel das agências de <i>rating</i>. Todas estas respostas, por parte da UE, à presente turbulência financeira são consistentes e estão coordenadas com as iniciativas dos fóruns internacionais, em particular com o <i>Financial Stability Forum</i> e o FMI. Os Ministros e os Governadores continuarão a monitorizar os desenvolvimentos económicos e financeiros, bem como a implementação e as acções de acompanhamento do <i>roadmap</i>.</p> <li data-bbox="510 996 1359 1556"> <p>• Estabilidade financeira e mecanismos de supervisão: O ECOFIN procedeu à avaliação dos principais desenvolvimentos em matéria de melhoria das estruturas de supervisão financeira na Europa e gestão de crises, tendo os Ministros e os Governadores acordado no desenvolvimento de diversas medidas capazes de promover a estabilidade financeira dentro do espaço europeu. Foi assinado um <i>Memorandum of Understanding</i>, que vem substituir o de 2005 e que reforça os mecanismos de cooperação entre os grupos transfronteiriços, comprometendo todos os seus signatários a cooperar tanto em situações de crise, como em períodos de regular funcionamento dos mercados. Foram igualmente acordadas diversas medidas no domínio da supervisão, nomeadamente incluir uma dimensão europeia nos mandatos dos supervisores nacionais, melhorar o funcionamento dos comités de supervisores, definir um enquadramento comum no funcionamento dos colégios de supervisores de forma a reforçar a supervisão de grupos transfronteiriços e acelerar os desenvolvimentos em termos de uma harmonização dos mecanismos de reporte.</p> <li data-bbox="510 1601 1359 1982"> <p>• Infra-estruturas pós negociação dos mercados financeiros: O ECOFIN procedeu à discussão dos desenvolvimentos em matéria de infra-estruturas pós negociação, tendo em conta as quatro áreas principais neste domínio – o Código de Conduta, as barreiras <i>Giovannini</i>, os CESR-ECB (<i>Committee of European Securities Regulators - European Central Bank</i>) <i>standards</i> e o <i>Target 2 Securities</i>. Os Ministros e os Governadores reconheceram que, apesar dos progressos substanciais que foram alcançados tanto no sector privado como no público, há que avançar no sentido de obter maiores progressos. Assim, foi acordada uma estreita monitorização dos desenvolvimentos nestas áreas, no sentido de serem levadas a cabo mais acções se a avaliação resultante deste processo não for satisfatória.</p>

- **Qualidade das finanças públicas – eficiência e eficácia da despesa social:** Na sequência da prioridade definida pelo trio de Presidências (Alemã, Portuguesa e Eslovena) relativamente à qualidade das finanças públicas, o ECOFIN realizou uma troca de pontos de vista sobre as reformas necessárias para tornar os sistemas sociais mais eficientes e sustentáveis. Foi reconhecido que a superação deste desafio é prioritária: se por um lado as despesas sociais têm um peso significativo e as mudanças aportadas pela globalização e pelas alterações demográficas acarretam pressões acrescidas, também é verdade que aquelas são cruciais para manter os resultados positivos dos sistemas sociais.
- Neste contexto, os Ministros enfatizaram as seguintes conclusões: (i) a comparação entre a eficiência das despesas sociais nos vários estados-membros revela diferenças significativas; (ii) a não existência de um modelo único para melhorar a eficiência destas despesas; (iii) a necessidade de uma abordagem transversal, dadas as sinergias existentes entre as diversas áreas de política; (iv) a avaliação das finanças públicas deverá ter por base não só o despesa efectuada, mas também os resultados alcançados.
- **Preparação das reuniões da Primavera do FMI/Banco Mundial:** Foi preparada a posição da UE a apresentar nas Reuniões da Primavera do FMI/Banco Mundial, tendo sido acordado o apoio à resolução do Comité Executivo desta organização sobre a revisão do sistema de quotas e de representação. No encontro foi igualmente realçada a necessidade de estabelecer uma estratégia de financiamento global que preveja um conjunto de fontes diversificadas de receitas, bem como uma diminuição progressiva dos custos.

Internacionalizar – acções de formação

“ABC Mercados” é uma iniciativa promovida pela Aicep Portugal Global que visa apresentar formas de abordagem e funcionamento dos mercados externos que orientem o processo de tomada de decisão e contribuam para que as empresas nacionais tenham sucesso dos seus negócios internacionais e sejam mais competitivas.

Estas acções de natureza formativa e de sensibilização, são vocacionadas para PME com produto e serviço próprios, não exportadoras, ou em fase inicial do respectivo processo de exportação/expedição. Também, são dirigidas a empresas exportadoras interessadas em diversificar mercados e/ou em consolidar as suas vendas no exterior.

Durante o ano de 2008 estão previstas a realização de vinte e sete acções que revestem a forma de sessões plenárias a decorrer nas cidades do Porto, Aveiro, Braga, Viseu, Leiria e Évora, sendo a sua organização articula com as Associações Regionais e com a Banca.

Para o presente ano foram seleccionados mercados alvos, considerados estrategicamente prioritários para as PME, pelo seu elevado potencial: Angola, Brasil, Espanha, E.U.A., Marrocos, Moçambique e Rússia

Estas acções são gratuitas, devendo as empresas interessadas em participar preencher a [Ficha de inscrição](#).

Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética

O Conselho de Ministros, de 17 de Abril de 2007, aprovou a Resolução do Conselho de Ministros que estipula o Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética (2008-2015), estabelecendo como meta a alcançar até 2015 a implementação de medidas de melhoria de eficiência equivalentes a 10% de consumo final de energia, conforme anunciado pelo Primeiro-Ministro na Assembleia da República em 11 de Abril de 2008.

INICIATIVA

SUMÁRIO

O PNAEE contempla um conjunto de medidas de eficiência energética para cada um dos quatro sectores consumidores de energia: (i) Transportes, (ii) Residencial e Serviços, (iii) Indústria e (iv) Estado.

Estão previstas medidas como o programa para redução, até 2015, de 20% do parque automóvel com mais de 10 anos; medidas de incentivo à reabilitação urbana; o programa de substituição de electrodomésticos e lâmpadas energeticamente ineficientes; Certificação Energética de todos os edifícios do Estado e lançamento do «Prémio Mais Eficiência» para distinguir a excelência energética a nível das empresas, residências, escritórios, escolas e outros edifícios de referência.

O PNAEE insere-se num dos objectivos da Estratégia Nacional para a Energia sendo, também, um reforço e complemento das medidas de redução de gases com efeitos de estufa previstas no Programa Nacional para as Alterações Climáticas

Investimento

Foi emitida em Conselho de Ministros de 27 de Março de 2008 uma Resolução que aprova as minutas do contrato de investimento e respectivos anexos, a celebrar pelo Estado Português e a *Dalphimetal Espana, S. A.*, e a *Safe-Life – Indústria de Componentes de Segurança Automóvel, S. A.* e a *Safebag – Indústria de Componentes de Segurança Automóvel, S. A.*, que tem por objecto a construção de uma unidade fabril desta última sociedade, em Ponte de Lima

Este contrato de investimento destina-se à criação de uma unidade de produção da empresa *Safebag – Indústria de Componentes de Segurança Automóvel, S. A.*, especializada na produção de componentes de segurança para a indústria automóvel, especificamente módulos de *airbag*.

O investimento em causa ascende a um montante total de cerca de 24,9 milhões de euros e envolve a criação de 207 postos de trabalho e permitirá o alcance em 2013, ano do termo da vigência do contrato, de um volume de vendas de cerca de 2.44 milhões de euros e de um valor acrescentado de aproximadamente 91,2 milhões de euros, em valores acumulados desde o início das operações de produção.

Este projecto destina-se à produção de bens e serviços transaccionáveis de carácter inovador e dirigidos a mercados com potencial de crescimento. Envolve importantes efeitos de arrastamento em actividades e proporciona a cooperação com entidades do sistema científico e tecnológico no desenvolvimento de produtos inovadores, contribuindo para o desenvolvimento e dinamização económica da região e consequente diminuição das assimetrias regionais.

Sector Empresarial do Estado

Em Conselho de Ministros de 27 de Março de 2008 foram aprovadas as orientações estratégicas do Estado destinadas à globalização do sector empresarial do Estado.

As orientações estratégicas mais relevantes, agora aprovadas, prendem-se com os seguintes domínios: área financeira, através da obrigatoriedade de definição de objectivos de natureza financeira e aferição do grau do seu cumprimento por meio de indicadores apropriados; contratualização da prestação de serviço público; qualidade de serviço; política de recursos humanos e promoção da igualdade; encargos com pensões; política de inovação e sustentabilidade; sistemas de informação e controlo de riscos e política de compras ecológicas.

São estabelecidos deveres de informação e de auto-avaliação, trimestral para o domínio financeiro e semestral para os restantes domínios reforçando, assim, o controlo financeiro das empresas do Estado.

Contudo, atendendo às especificidades das empresas ou às do sector no

INICIATIVA

SUMÁRIO

qual actuam, está previsto a possibilidade de estas proporem indicadores financeiros diferentes dos previstos na Resolução e manterem as posições jurídicas decorrentes dos contratos de gestão celebrados antes da sua entrada em vigor, preservando deste modo a necessária flexibilidade das empresas.

2. SELECÇÃO DE MEDIDAS LEGISLATIVAS

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
Associações na Hora – Registos e Notariado Portaria n.º 243/2008 – I Série n.º 57, de 20/03	Alarga a 17 novas conservatórias a competência para a tramitação do regime especial de constituição imediata de associações, prevista na Lei n.º 40/2007, de 24 de Agosto.
Autoridade de Segurança Alimentar e Económica – Taxas Portaria n.º 244/2008 - I Série n.º 59, de 25/03	Aprova as taxas e os montantes relativos a actos e serviços prestados pela Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE). Os montantes agora aprovados serão actualizados de acordo com o índice de preços ao consumidor, em Janeiro de cada ano, através de despacho do inspector-geral da ASAE. A presente portaria entra em vigor a 26 de Março de 2008.
PETROGAL – Contrato de Investimento Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2008 – I Série n.º 60, de 26/03	Aprova as minutas do contrato de investimento e respectivos anexos a celebrar entre o Estado Português, a Galp Energia, SGPS, S. A., e a Petróleos de Portugal – PETROGAL, S. A., que tem por objecto a modernização e expansão das refinarias desta última sociedade, localizadas em Sines e Matosinhos. Este projecto de investimento envolve um montante total de cerca de 1059 milhões de euros e envolve a criação de 150 postos de trabalho, bem como a manutenção dos 2049 já existentes.
Práticas Comerciais Desleais das Empresas Decreto-Lei n.º 57/2008 - I Série n.º 60, de 26/03	Estabelece o regime aplicável às práticas comerciais desleais das empresas nas relações com os consumidores, ocorridas antes, durante ou após uma transacção comercial relativa a um bem ou serviço. Pretende-se que este novo regime reforce os direitos dos consumidores. Nesse sentido, estabelece uma proibição geral de práticas comerciais desleais que prejudicam directamente os interesses económicos dos consumidores e indirectamente os interesses económicos de concorrentes legítimos. Prevê-se neste novo regime que os consumidores possam requerer a anulação dos contratos celebrados sob influência de alguma prática comercial desleal, podendo, se o desejarem, pedir a modificação do contrato. O controlo administrativo das práticas comerciais desleais, que se traduz na possibilidade de fazer cessar uma prática comercial desleal ou de proibir, previamente, uma prática desleal iminente, independentemente da ocorrência de um dano ou da culpa do agente, é atribuído à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica ou à entidade reguladora do sector onde se verificou a prática comercial desleal, destacando-se o Banco de Portugal, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e o Instituto de Seguros de Portugal para as práticas que ocorram no âmbito dos respectivos sectores financeiros. Transpõe para o direito interno a Directiva n.º 2005/29/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Maio. Este novo regime entra em vigor a 1 de Abril de 2008.
Acordo – Portugal / Angola Decreto n.º 6/2008 – I Série n.º 60, de 26/03	Aprova o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a República Portuguesa e a República de Angola, assinado em Luanda em 5 de Abril de 2006. Pretende-se com este Acordo apoiar a cooperação no âmbito da ciência e tecnologia entre os dois Estados, tendo por base a realização de programas específicos de formação, a realização de investigação conjunta, incluindo o intercâmbio de cientistas e investigadores, a organização e participação em encontros, simpósios, conferências, bem como, o intercâmbio de informação e documentação científica e técnica.

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p>Acordo – Comunidade Europeia / Tajiquistão</p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 13/2008 – I Série n.º 60, de 26/03</p>	<p>Aprova o Acordo de Parceria e Cooperação Que Estabelece Uma Parceria entre a Comunidade Europeia e a República do Tajiquistão. O presente Acordo, celebrado por um período inicial de 10 anos, após o que será automaticamente renovado por períodos de um ano, tem por objectivo consolidar e reforçar a presença da União Europeia no Tajiquistão e, de forma geral, na região da Ásia Central, e assenta em três pilares: diálogo político, cooperação e comércio. Pretende-se promover o comércio e o investimento, em especial nos sectores da energia e da água, bem como proporcionar as bases para a cooperação nos domínios legislativos, económicas, sociais, financeiras, científicas, civis, tecnológicas e cultural.</p>
<p>Contas Poupança-Habituação Benefícios Fiscais</p> <p>Decreto-Lei n.º 54/2008 – I Série n.º 60, de 26/03</p>	<p>Clarifica, em coerência com as alterações fiscais resultantes da Lei de Orçamento de Estado para 2008, a legislação relativa às contas poupança-habituação, especialmente nas regras referentes aos juros. Assim, estabelece-se que à mobilização de saldos para fins não previstos na lei resultantes de depósitos efectuados antes de 1 de Janeiro de 2004, sobre os quais já decorreu o prazo de caducidade do direito à liquidação, não são aplicáveis penalizações fiscais, não lhe podendo, igualmente, ser aplicada a anulação dos juros vencidos e creditados. Com esta medida evita-se que as instituições bancárias interpretem a lei de forma a permitir-lhes reter parte das remunerações dos depósitos das contas poupança-habituação. Este diploma produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2008.</p>
<p>Informação Empresarial Simplificada – IRC</p> <p>Portaria n.º 245/2008 – I Série n.º 60, de 27/03</p>	<p>Altera a Portaria n.º 499/2007, de 30 de Abril, que estabelece as normas relativas ao envio da informação empresarial simplificada (IES) por transmissão electrónica de dados, relativamente a dois aspectos específicos: (i) clarifica que a entrega das contas consolidadas deve ser feita mediante a digitalização de todos os documentos referidos no n.º 2 do artigo 42.º do Código do Registo Comercial e a respectiva submissão através de um ficheiro único; (ii) prevê que as entidades que optem por elaborar as suas contas individuais de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, podem enviar essas contas mediante a respectiva digitalização e submissão conjunta com a declaração IES. Estas novas regras aplicam-se ao envio da IES respeitante aos exercícios económicos que se tenham iniciado em 2007, bem como aos subsequentes.</p>
<p>QREN - Comissões de Acompanhamento</p> <p>Despacho n.º 9141/2008 – II Série Parte C n.º 62, de 28/03</p>	<p>Determina que a Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional de Assistência Técnica FEDER (POAT FEDER) e do Programa Operacional de Assistência Técnica FSE (POAT FSE) deve incluir na sua composição membros efectivos, membros consultivos e membros observadores, sendo que, apenas os primeiramente enumerados têm direito a voto.</p>
<p>Propriedade Intelectual e Propriedade Industrial</p> <p>Lei n.º 16/2008 – I Série n.º 63, de 01/04</p>	<p>Reforça as actuais normas e procedimentos legais que protegem a propriedade intelectual, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/48/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril, relativa ao respeito dos direitos de propriedade intelectual. Pretende-se deste modo criar um quadro legal que permita o intercâmbio de informações entre as entidades, nacionais e comunitárias, competentes na luta contra a contrafacção e harmonizar as medidas, procedimentos e sanções que os Estados-Membros possam adoptar no âmbito da tutela da propriedade intelectual, sempre que esteja em causa a sua infracção, especialmente se ela for relevante no campo económico. Relativamente ao Código da Propriedade Industrial, aproveita-se para, em matéria de destino a dar aos objectos que sejam apreendidos no âmbito de uma acção penal, harmonizar o regime com o previsto em matéria cível. Resulta assim alterado o Decreto-Lei n.º 332/97, de 27 de Novembro.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p>Estratégia Nacional para Segurança e Saúde no Trabalho 2008 – 2012</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/2008 – I Série n.º 64, de 01/04</p>	<p>Aprova a Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho, para o período 2008-2012. Com a presente Resolução visa-se reduzir, de forma constante e consolidada, os índices de sinistralidade laboral, contribuindo para melhorar, de forma progressiva e continuada, os níveis de saúde e bem-estar no trabalho. A presente Resolução entra em vigor a 2 de Abril de 2008.</p>
<p>Acordo Portugal / Indonésia</p> <p>Aviso n.º 42/2008 – I Série n.º 67, de 04/04</p>	<p>Torna público o cumprimento das formalidades constitucionais internas para aprovação da Convenção entre a Indonésia e Portugal para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Lisboa no dia 9 de Julho de 2003.</p>
<p>QREN – Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME</p> <p>Portaria n.º 250/2008 – I Série n.º 67, de 04/04</p>	<p>Altera o Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME), anexo à Portaria n.º 1463/2007, de 15 de Novembro. A presente portaria não opera alterações substanciais, visando antes clarificar o teor de determinadas regras. As alterações agora determinadas podem ser aplicadas aos projectos apresentados ao abrigo da Portaria n.º 1463/2007, de 15 de Novembro, ainda que já tenham sido objecto de decisão, mediante acordo expresso dos promotores.</p>
<p>INOV-JOVEM e INOV Contacto</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2008 – I Série n.º 68, de 7/04</p>	<p>Aprova uma nova fase do INOV-JOVEM e do INOV Contacto e criar dois programas novos: o Inov-Art e o Inov Vasco da Gama. Assim, pretende-se com esta nova fase abranger anualmente, e ao longo dos próximos 3 anos, 5000 jovens quadros no âmbito dos estágios profissionais do Inov-Jovem e 550 jovens nos estágios internacionais promovidos no quadro do Inov-Contacto. O Inov Vasco da Gama visa a qualificação internacional de jovens empresários e quadros de empresas nacionais, permitindo a colocação de 150 jovens por ano em empresas internacionais, através de estágios de duração limitada. É também criado o Inov-Art, o qual tem por objectivo dar uma oportunidade de inserção profissional a jovens com qualificações ou aptidões específicas nas áreas da arte e cultura. Este programa permitirá a atribuição de 200 estágios profissionais para jovens.</p>
<p>Edifícios - Qualidade do Ar Interior</p> <p>Despacho n.º 10250/2008 – II Série Parte C n.º 69, de 8/04</p>	<p>Aprova o Modelo dos Certificados de Desempenho Energético e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios. O presente Despacho, na sequência do Decreto-Lei n.º 78/2006, de 4 de Abril, que estabeleceu o Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios, aprova o novo modelo de certificação a emitir para os novos edifícios, bem como, com vista à implementação da certificação energética dos edifícios existentes, o modelo de certificação aplicável a estes edifícios.</p>
<p>Distribuição de Gás Natural</p> <p>Decreto-Lei n.º 65/2008 – I Série n.º 70, de 9/04</p>	<p>Determina a aplicação às entidades titulares de licença de serviço público de distribuição local de gás natural, exercidas em regime de exclusivo, de direitos e obrigações iguais aos que são atribuídos às entidades concessionárias da actividade de distribuição regional de gás natural. Desta forma, todos os clientes de gás, quer sejam servidos por concessionárias, quer por empresas titulares de licenças de serviço público, podem ter as mesmas condições de custo de acesso às infra-estruturas e ao gás que lhes é disponibilizado. Estas alterações produzem efeitos desde a data de atribuição das licenças de serviço público de distribuição local de gás natural exercidas em regime de exclusivo público, tal como está previsto no Decreto-Lei n.º 140/2006, de 26 de Novembro, que agora é objecto de alteração.</p>
<p>Regiões de Turismo</p> <p>Decreto-Lei n.º 67/2008 – I Série n.º 71, de 10/04</p>	<p>Aprova o regime jurídico das áreas regionais de turismo em que se organiza o território de Portugal continental e dos pólos de desenvolvimento turístico, determinando a respectiva delimitação e características. Estabelece também o regime jurídico da criação, organização e funcionamento das entidades</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
	<p>regionais de turismo. São criadas 5 áreas regionais de turismo, correspondentes às NUTS II. Por cada uma destas áreas regionais de turismo é criada uma entidade regional de turismo que funciona como entidade gestora, e um pólo regional de turismo. O presente diploma define também o quadro regulador destas entidades gestoras, bem como das entidades gestoras dos cinco pólos de desenvolvimento turístico identificados no Plano Estratégico Nacional do Turismo. Este novo regime estabelece um modelo inovador de gestão para estes novos organismos, conferindo-lhes uma capacidade de auto-financiamento e estimulando o envolvimento dos agentes privados na sua actividade. As entidades regionais de turismo sucedem automaticamente na titularidade de bens, direitos e obrigações das regiões e zonas de turismo compreendidas na sua área territorial. O presente diploma entra em vigor a 11 de Abril de 2008, após o que, por despacho do membro do Governo com tutela na área do turismo são designadas comissões instaladoras de cada uma das entidades regionais de turismo.</p>
<p>Informatização dos Tribunais</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2008 – I Série n.º 73, de 14/04</p>	<p>Prorroga, por um ano, o prazo de funcionamento da equipa de projecto de apoio à informatização dos tribunais, criada em 2001, e que tem contribuído para a informatização dos Tribunais, através da criação e desenvolvimento de aplicações informáticas e do apoio aos seus utilizadores. Esta equipa, formada por funcionários judiciais, participa no desenvolvimento de aplicações informáticas como a aplicação de gestão processual Habilus e do novo programa Citius.</p>
<p>QREN – Estruturas de Governação</p> <p>Decreto-Lei n.º 68/2008 – I Série n.º 73, de 14/04</p>	<p>Procede à definição das unidades territoriais para efeitos de organização territorial das associações de municípios e áreas metropolitanas, para a participação em estruturas administrativas do Estado e nas estruturas de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN). O presente diploma entra em vigor a 15 de Abril de 2008.</p>
<p>Eficiência Energética – Consumo Intensivo de Energia</p> <p>Decreto-Lei n.º 71/2008 – I Série n.º 74, de 15/04</p>	<p>Estabelece o sistema de gestão do consumo de energia por empresas e instalações consumidoras intensivas de energia (CIE). O presente diploma, com o objectivo de promover a eficiência energética e monitorizar os consumos energéticos de instalações consumidoras intensivas de energia, vem, no âmbito da Estratégia Nacional para a Energia, regular o sistema de gestão dos consumos intensivos de energia (SGCIE), e rever o Regulamento Geral dos Consumos de Energia na Indústria de acordo com as orientações definidas no Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC). Serão abrangidas por este novo regime, as entidades exploradoras de instalações com consumos intensivos de energia, entendendo-se como tal, as entidades que tenham tido um consumo anual superior a 500 toneladas equivalentes petróleo, ou, independentemente deste limiar, quando pretendam aderir voluntariamente ao sistema. Os operadores que explorem instalações CIE estão obrigados a promover o registo das instalações, a efectuar auditorias energéticas e a elaborar e executar Planos de Racionalização do Consumo de Energia. Neste âmbito, poderão fazer acordos com a Direcção Geral de Energia e Geologia (DGEG) de racionalização desses consumos. Estes acordos contemplarão objectivos mínimos de eficiência energética a atingir durante o seu período de vigência, associando ao seu cumprimento a obtenção de incentivos pelo operador. Esses incentivos poderão consistir no ressarcimento de 50% do custo das auditorias energéticas, até ao limite de 750 €, e no ressarcimento de 25% dos investimentos realizados em equipamentos e sistemas de gestão e monitorização dos consumos de energia até ao limite de 10.000 €. O regime agora aprovado entra em vigor a 14 de Junho de 2008.</p>
<p>Registo Comercial Bilingue</p> <p>Decreto-Lei n.º 73/2008 – I Série n.º 75, de 16/04</p>	<p>Cria, no âmbito do Programa Simplex, o registo comercial bilingue, em Português e Inglês, permitindo que qualquer interessado possa conhecer, por via electrónica, a informação sobre a situação jurídica dos registos de uma sociedade comercial em Inglês, sem ser necessário recorrer a serviços de</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
	<p>tradução. A certidão em Inglês pode ser pedida no sítio www.empresonline.pt ou ao balcão de qualquer conservatória do registo comercial e a mesma ficará disponível electronicamente no prazo de cinco dias úteis. Esta certidão tem o mesmo valor jurídico que uma certidão em português. Aprova também um regime especial de criação imediata de representações permanentes em Portugal de entidades estrangeiras, a «Sucursal na Hora». Assim, passa a ser possível criar, num único dia, uma sucursal em Portugal por parte de uma entidade com sede no estrangeiro em atendimento presencial único e sem deslocações a vários serviços de registo, às Finanças e à Segurança Social. Com a nova «Sucursal na Hora» basta apresentar o pedido num único local: nas conservatórias do registo comercial ou nos seus postos de atendimento. O presente diploma entra em vigor a 17 de Abril de 2008. O regime especial de criação imediata de representações permanentes funciona a título experimental, pelo período de 90 dias, no registo Nacional de Pessoas Colectivas e nas conservatórias do registo Comercial de Bragança, Cascais, Elvas, Lisboa, e no seu posto de atendimento em Loulé e Vila Nova de Cerveira. É alterado o Código do Registo Comercial e o Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado.</p>
<p>Convenção para Evitar a Dupla Tributação – Portugal / Irlanda Aviso n.º 45/2008 – I Série n.º 76, de 17/04</p>	<p>Torna público terem sido concluídas as formalidades constitucionais internas para a aprovação do Protocolo entre Portugal e a Irlanda que revê a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Respectivo Protocolo, assinado em Lisboa, em 11 de Novembro de 2005.</p>
<p>Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG) Portaria n.º 300/2008 – I Série n.º 76, de 17/04</p>	<p>Aprova o regulamento para desenvolvimento das intervenções previstas no âmbito de candidaturas ao Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG), o qual tem por objectivo apoiar os trabalhadores que perderam o emprego em resultado de importantes mudanças na estrutura do comércio mundial causadas pela globalização.</p>
<p>Regime penal de corrupção no comércio internacional Lei n.º 20/2008 – I Série n.º 78, de 21/04</p>	<p>Cria o novo regime de responsabilidade penal por crimes de corrupção cometidos no comércio internacional e na actividade privada, dando cumprimento à Decisão Quadro n.º 2003/568/JAI, do Conselho, de 22 de Julho.</p>

Abreviaturas Utilizadas

